

ADALZIRA ABIKEILA MOMA SAFECA

**O turismo como fonte alternativa ao setor petrolífero
em Angola**

Orientador: Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmiento

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa
2022**

ADALZIRA ABIKEILA MOMA SAFECA

O turismo como fonte alternativa ao setor petrolífero em Angola

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do Grau de Mestre em Economia no Curso de Mestrado de Economia conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o Despacho de Nomeação de Júri Nº 121/2022 de 30 de março de 2022, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^a. Doutora Ana Cristina Freitas Brasão;

Arguente: Prof. Doutor Miguel Nuno Vieira de Carvalho
Abreu Varela.

Orientador: Prof. Doutor Eduardo Manuel M. de
Moraes Sarmento Ferreira;

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2022

Aos meus pais.

Agradecimentos

A realização desta dissertação não seria possível se não tivesse o apoio de pessoas especiais, da qual sou eternamente grata.

Em primeiro lugar agradeço ao meu Pai Celestial, Jeová Deus, pela minha vida e por me ter guiado durante todo o meu percurso académico.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional a todos os níveis, e por todo esforço que fizeram para que isso se tornasse possível, sem o vosso apoio nada disso seria possível.

Aos meus irmãos pelo apoio moral e pelo companheirismo.

Aos meus amigos, que sempre estiveram comigo nos momentos mais stressantes, me dando força e ânimo para não desistir.

Um agradecimento muito especial ao meu orientador, Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmiento, pelos conhecimentos transmitidos, por tamanha paciência e dedicação.

A todos muito obrigada.

Resumo

Tendo como base a importância global do turismo e a urgente necessidade de a economia angolana diminuir o seu peso no setor petrolífero, o presente estudo tem o objetivo de analisar as vantagens que o setor turístico traz a economia angolana, expondo os pontos importantes para o desenvolvimento do setor e levar a compreensão de que a economia de Angola poderá resistir a longo prazo sem depender maioritariamente do setor petrolífero.

O turismo é a terceira maior categoria mundial em termos de exportação, depois dos químicos e do petróleo. O crescimento do setor tem despertado o interesse de muitos países, em resultado dos benefícios económicos que o setor tem trazido as economias. O dinamismo do setor permitiu uma contribuição de 10,4% do PIB mundial em 2019, o que equivale a 9.2 mil milhões de dólares (WTTC, 2020).

O plano criado para reduzir a dependência do setor petrolífero na economia angolana, inclui a implementação de estratégias para alavancar o setor turístico, e a escolha desse setor como estimulador para a economia de Angola é certa, uma vez que Angola possui diversas potencialidades de recursos naturais e recursos culturais. O turismo doméstico em Angola tem crescido de forma sustentável, tendo uma participação de aproximadamente 70% no setor turístico, mas a sua contribuição para o PIB nacional ainda é bastante reduzida.

Com base nas amostras recolhidas, foi possível concluir que existem alguns fatores que podem dificultar o desenvolvimento do setor a curto prazo como o atual estado das estradas, a inflação presente no país e a falta de segurança. Contrariamente a esta situação existe um grande interesse dos turistas domésticos em conhecer as lindas paisagens angolanas.

Palavras-chave: Turismo Doméstico, Turismo Internacional, Crescimento Económico e Setor Petrolífero.

Abstract

Based on the global importance of tourism and the urgent need for the Angolan economy to reduce its weight in the oil sector, this study aims to analyze the advantages that the tourism sector brings to the Angolan economy, exposing the important points for the development of the sector and leading to the understanding that the Angolan economy can endure in the long term without depending mainly on the oil sector.

Tourism is the third largest export category in the world, after chemicals and oil. The growth of the sector has attracted the interest of many countries, as a result of the economic benefits that the sector has brought to economies. The dynamism of the sector has allowed for a contribution of 10,4% of world GDP in 2019, which is equivalent to \$9.2 billion (WTTC, 2020).

The plan created to reduce the dependence on the oil sector in the Angolan economy includes the implementation of strategies to leverage the tourism sector, and the choice of this sector as a stimulator for Angola's economy is a sure one, since Angola has several potential natural resources and cultural resources. Domestic tourism in Angola has been growing in a sustainable way, having a participation of approximately 70% in the tourism sector, but its contribution to the national GDP is still quite small.

Based on the samples collected, it was possible to conclude that there are some factors that can hinder the development of the sector in the short term such as the current state of the roads, the inflation in the country, and the lack of security. Contrary to this situation there is a great interest of domestic tourists in getting to know the beautiful Angolan landscapes.

Keywords: Domestic Tourism, International Tourism, Economic Growth and Oil Sector.

Lista de abreviaturas

AAVOTA- Associação das Agências de Viagens e Operadores Turísticos de Angola

BN- Bilhão

BNA- Banco Nacional de Angola

BP- Balança de Pagamentos

BP- Banco de Portugal

CPLP- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EUA- Estados Unidos da América

FMI/ IMF- Fundo Monetário Internacional

FNLA- Frente Nacional para a Libertação de Angola

ICAO- Organização da Aviação Civil Internacional

IDG- Índice de Desigualdade de Género

IDH- Índice de Desenvolvimento Humano

IDHI- Índice de Dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano

INE- Instituto Nacional de Estatísticas

IVA- Imposto do Valor Acrescentado

MINCI- Ministério do Comercio Interno

MINFIN- Ministério das Finanças

MINTUR- Ministério do Turismo

MN- Milhão

MPLA- Movimento Popular para a Libertação de Angola

OGE- Orçamento Geral do Estado

OMC- Organização Mundial do Comercio

OMT- Organização Mundial do Turismo

ONU- Organização das Nações Unidas

OUA- Organização da União Africana

PALOP- Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB- Produto Interno Bruto

PIP- Programa de Investimento Público

PNDU- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODESI- Programa de Apoio à produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações.

RDC- República Democrática do Congo

RDH- Relatório de Desenvolvimento Humano

RNB- Rendimento Nacional Bruto

SADC- Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SBA- Stand-By-Agreement

SEF- Saneamento Económico e Financeiro

TDGDP- Produto Interno Bruto Direto do Turismo

UA- União Africana

UEE- Unidades Económicas Estatais

UNITA- União Nacional para a Independência Total de Angola

VAB – Valor Acrescentado Bruto

WTTC- World Travel and Tourism Council

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Revisão da literatura	3
1.1. Conceitos.....	4
1.1.1. Enquadramento teórico sobre o Turismo na Economia	5
1.1.1.1. Teoria Keynesiana.....	7
1.1.1.2. Etapas do desenvolvimento económico de Rostow.....	7
1.1.1.3. Teoria do crescimento endógeno.....	8
1.1.1.4. Teoria da convergência do desenvolvimento	8
1.1.1.5. Teoria da dependência.....	8
Capítulo II- O Turismo internacional e pandemia da Covid-19.....	10
2.1 Evolução do turismo.....	10
2.2 Efeitos da Covid-19 no turismo internacional.....	12
Capítulo III- Metodologia de investigação.....	19
3.1 Metodologia qualitativa.....	19
3.2 Vantagens e desvantagens	21
3.3 Características	23
3.4 Instrumento de observação.....	24
Capítulo IV - Caracterização de Angola, história, economia e IDH.	25
4.1 Caracterização de Angola.....	25
4.2 Breve história	26
4.3 Contexto económico.....	29
4.3.1 Modelo socialista- economia com planeamento central (1975-1988).....	30
4.3.2 Economia de mercado e neoliberalismo (1989-2001).....	32
4.3.3 Maior Intervenção estatal na economia (2002-2012).....	36
4.3.4 A economia recente	39
4.4 Índice de Desenvolvimento Humano	43
Capítulo V - O caso do turismo em Angola	47
5.1 Surgimento do turístico em Angola	47
5.2 Importância do turismo e o papel das Entidades Públicas e Privadas na promoção e distribuição.....	49
5.3. O desempenho do setor	53
5.4. Dados económicos de comparação.....	57
5.5. Descrição dos dados obtidos no questionário.....	61
Conclusão	66

Referências	69
Apêndice - 1	I
Anexos.....	VI

Índice de Figuras

Figura 1: Estrutura do trabalho.....	3
Figura 2: Evolução do turismo (2003-2019)	10
Figura 3: Geração de receitas internacionais do turismo- capacidade de exportação	11
Figura 4: Ganhos por categoria	11
Figura 5: Turismo internacional na balança de pagamentos	12
Figura 6: Impacto das crises anteriores no turismo internacional	13
Figura 7: Principais efeitos globais da covid-19 sob o turismo em 2020.....	14
Figura 8: Produto interno bruto do turismo (tdgdp), % do PIB.....	15
Figura 9: Chegadas e receitas turísticas internacionais	16
Figura 10: Queda nas exportações globais e PIB em 2020	17
Figura 11: Chegadas turísticas internacionais em 2020 e 2021 e cenários para 2022.....	18
Figura 12: Mapa de Angola.....	25
Figura 13: Peso do setor petrolífero no período de 1989 a 2000	35
Figura 14: Percentagem do investimento público e investimento privado no turismo (2017).....	50
Figura 15: Principais recursos com interesse turístico	51
Figura 16: Contribuição do turismo para o PIB e para o emprego 2020.....	53
Figura 17: Capacidade de alojamento do turismo em Angola	56
Figura 18: Chegadas de turistas internacionais em 2018 e 2019.....	57
Figura 19: Despesas do turismo em Angola (valores em milhões de USD)	58
Figura 20: Comparação das receitas geradas pelo setor petrolífero e o setor turístico entre 2010 e 2017	59
Figura 21: Comparação do valor direto real por proveniência de turismo em 2017	60
Figura 22: Tipo de turismo em Angola e outros países africanos em 2017	60
Figura 23: Tipos de gastos turísticos em Angola em 2019	60

Índice de Tabelas

Tabela 1: Dados regionais dos efeitos da covid-19 para o turismo em 2020.....	15
Tabela 2: Quantidade setorial de empresas públicas, privadas e mistas em 1984.....	31
Tabela 3: Dados do PIB de Angola de 1975 a 1988.....	32
Tabela 4: Dados gerais (económicos) do período de transação para a economia de mercado (1989-2000).....	34
Tabela 5: Dados gerais (económicos) com o modelo intervencionista (2002-2012).....	37
Tabela 6: Destino das exportações de petróleo bruto: 2002-2012.....	38
Tabela 7: Índice de dimensão do IDH.....	44
Tabela 8: Tendências de IDH de Angola baseadas em dados consistentes de serviços cronológicos e novos postos de objetivo.....	44
Tabela 9: Índice desagregado por sexo.....	45
Tabela 10: Classificação e identificação dos efeitos económicos do turismo.....	54
Tabela 11: N° de turistas, receitas do turismo (milhões), gastos per capita e peso do turismo no PIB, em Angola.....	55
Tabela 12: Distribuição de turistas domésticos por região em Angola em 2018.....	55
Tabela 13: Peso do turismo nas exportações.....	58
Tabela 14: Receitas geradas pelo secor turístico e pelo setor petrolífero em milhões de usd.....	59
Tabela 15: Género dos inquiridos.....	61
Tabela 16: Idade dos inquiridos.....	62
Tabela 17: N° de viagens durante por ano.....	63
Tabela 18: Gastos com a viagem.....	63
Tabela 19: Gastos com hospedagem.....	63
Tabela 20: Hospedagem.....	64
Tabela 21: Interesse pelos lugares turísticos.....	64
Tabela 22: Principais destinos turísticos	65

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Representação da relação das variáveis Turismo e Nível de Emprego.....	7
Gráfico 2: Taxa de crescimento das exportações petrolíferas e PIB (2002-2012).....	40
Gráfico 3: Evolução do PIB e da taxa de inflação (em %).	43
Gráfico 4: Taxa de crescimento e contribuição por setores de atividade em Angola.....	44
Gráfico 5: Evolução das chegadas de turistas internacionais em Angola.....	56

Introdução

O crescimento da atividade turística demonstra possuir sua própria dinâmica e justificativa social, que não pode ser concebido como um facto meramente conjuntural ou simplesmente passageiro. Atualmente o turismo é uma atividade em pleno crescimento, com perspectivas bastantes promissoras (Fernandes & Coelho, 2002).

O Interesse pelo estudo do turismo encontra-se diretamente relacionado com a sua crescente importância, sendo que a evolução das revistas académicas nesta área se afigura como um possível indicador de análise (Costa, Rita, & Águas, 2004). A sua importância vem sendo reconhecida tanto pelos países desenvolvidos como pelos que ainda estão em via de desenvolvimento. Estes últimos apostam que o incremento da atividade pode alçá-los ao primeiro mundo, em consequências das vantagens económicas que lhes são atribuídas.

Apesar do turismo se constituir, nos dias de hoje, como um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e de renda em todo mundo (Beni, 2019), a atividade turística ainda não deixou de ser encarada como um setor de menor dimensão na economia angolana. Segundo a Organização Mundial do Turismo (World Tourism Organization, s.d.), o turismo experimentou ao longo de décadas um crescimento contínuo e uma diversificação cada vez maior para se tornar um dos setores económicos de crescimento mais rápido no mundo. O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e abrange um número crescente de novos destinos. Essas dinâmicas transformaram o turismo em um motor fundamental para o progresso socioeconómico. Em Estados industrializados e desenvolvidos produziu benefícios económicos e de emprego em muitos setores relacionados - da construção à agricultura ou telecomunicações.

Em Angola, o turismo não é um tema relativamente novo porque têm sido desenvolvidos programas como é o caso do Plano Diretor do Turismo de Angola, que foi publicado em maio de 2011 pelo Ministério da Hotelaria e Turismo (atual Ministério da Economia e Planeamento), com objetivo de impulsionar o turismo doméstico, seguido dos países da SADC e a posterior inclusão na rota turística internacional (Angola, 2011).

O Turismo em Angola apresenta um défice de oferta a vários níveis, mas dispõe de um conjunto de recursos turísticos e de um enquadramento favorável ao seu

desenvolvimento (Angola, 2011). Apesar de ter uma expressão reduzida, o turismo tem um enorme potencial. Ao falar do turismo em Angola, e do seu fraco potencial, temos de voltar no tempo e lembrar de que Angola passou por um processo de guerra civil que perdurou até 2002, onde inúmeras das infraestruturas do país foram destruídas.

Apesar de ser um país com deficiências infraestruturais, Angola dispõe de um conjunto de recursos naturais que se encontram em processo de repovoamento da fauna perdida durante a guerra e de um dinamismo que podem oferecer um rápido crescimento do Turismo (Miezi, 2017).

As políticas económicas adotadas pelo governo angolano nos últimos anos, têm se centrado na inversão do quadro económico, reduzindo a forte dependência da economia do setor petrolífero. Com isso, o presente estudo tem a seguinte questão de investigação: “O turismo consegue dar uma resposta contrária à forte dependência do setor petrolífero e, conseqüentemente, ter efeitos positivos na economia de Angola?”

Será estudado o Turismo como fonte alternativa ao setor petrolífero em Angola, um tema bastante pertinente e que de certa forma requer atenção, uma vez que o setor turístico se enquadra nas pretensões de diversificação da economia. Pese embora que quando se fala em diversificar a economia, logo pensa-se nos setores onde temos mais vantagens em termos de recursos naturais, como por exemplo, a agricultura, a pesca, a exploração de diamantes, entre outros minerais, que têm retorno financeiro a curto prazo.

Pretendo com este estudo contribuir na literatura sobre o Turismo em Angola, que poderá ser útil para futuros estudos científicos do setor.

Tendo em consideração a questão de investigação, é crucial definir os objetivos para direcionar a pesquisa. Com isso, foram definidos três objetivos.

1. Descrever e compreender a situação de Angola;
2. Analisar a importância do turismo na economia do país;
3. Estudar formas de criação de riqueza através do setor, como forma de atingir novos patamares económicos em Angola.

Para responder aos objetivos propostos no presente trabalho, optou-se por uma metodologia qualitativa, com recurso a pesquisas bibliográficas, análise documental de

publicações, livros, revistas, artigos, teses e documentos diversos, sendo que alguns serão consultados na internet.

O presente trabalho assenta numa estrutura constituída por três partes, baseada nos critérios definidos por Quivy e Campenhoudt (Quivy & Campenhoudt, 1995): a rutura, a construção e a verificação, como podemos ver na imagem abaixo:

Figura 1: Estrutura do trabalho



Fonte: Quivy e Campenhoudt (2008)

O presente estudo está composto por cinco capítulos, conforme a descrição a seguir: O primeiro (1) capítulo apresenta a revisão da literatura sobre as abordagens feitas sobre o tema em estudo. De seguida, o segundo (2) capítulo é apresentado a evolução do setor turístico a nível internacional tais como os efeitos que a pandemia da Covid-19 causou no setor. No terceiro (3) capítulo é descrita a metodologia aplicada no trabalho, tal como as suas especificidades. Posteriormente, o quarto (4) capítulo faz uma breve caracterização de Angola, descrevendo a sua história, apresentando a evolução da sua economia, e por fim, analisar o desenvolvimento do país com recurso aos dados do relatório de desenvolvimento humano. Finalmente, o capítulo quinto (5) que faz uma abordagem ao setor turístico em Angola, mostrando o desempenho do setor na economia angolana.

Capítulo I - Revisão da literatura

É necessário que se definam conceitos dentro da área de investigação para que se torne mais fácil a compreensão do presente estudo. Sendo assim, de seguida serão abordados alguns conceitos sobre turismo e sobre o turismo na economia

1.1. Conceitos

No final do século XIX e início do século XX, surgiu um número expressivo de conceitos que visavam ao fenómeno turístico. Quase os conceitos perderam validade, por fraqueza de fundamentação ou por falta de atribuição de autoria aceitável (Oliveira, 2000).

A definição do turismo surgiu pela primeira vez em 1910 pelo economista austríaco Hermann Von Schullern Schattenhofen, que definiu o turismo como “o conceito que abrange todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na entrada, permanência e regresso do turista, dentro e fora de um determinado município, país ou estado” (Barretto, 1995).

Mais tarde, em 1929 Schwink, citado em (Marques & Santos, 2011), definiu o turismo como um movimento de pessoas que abandonam temporariamente o seu local de residência por qualquer motivo relacionado com o espírito, corpo ou a sua profissão.

Os professores Valter Hunziker e Kurt Krapf, citados por (Barretto, 1995) definiram em 1942 o turismo como o conjunto das relações e fenómenos originados pela deslocação e permanência de pessoas fora do seu local habitual de residência, desde que estas deslocações e permanências não sejam utilizadas para o exercício de uma atividade lucrativa principal.

Nos dois últimos conceitos o turismo não levava em consideração os fins lucrativos, mas sim questões ligadas ao bem-estar do indivíduo.

A organização das Nações Unidas definiu em 1963 o turismo como uma atividade desenvolvida por uma pessoa que visita um país diferente daquele de sua residência habitual, com fins distintos do de exercer uma ocupação remunerada, e por um período de tempo de pelo menos 24 horas.

Com esta definição a ONU dava ênfase apenas ao turismo internacional, colocando de parte a prática do turismo doméstico.

Em 1991, na conferência internacional sobre estatísticas de viagens e turismo, foi definido um novo conceito pela OMT, que afirmava que o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e as estadias em lugares

diferentes de sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo e inferior a um ano, tendo em vista lazer, negócios ou outros motivos (Pakman, 2014).

O conceito do turismo foi aperfeiçoado ao longo do tempo, na medida em que o mesmo se tornasse menos complexo e mais abrangente, podendo ter em consideração os aspetos económicos e o bem-estar dos indivíduos.

Segundo Theobald (2002), durante todo o curso da história, as pessoas têm viajado por diversos motivos, sejam transações comerciais, económicas, religiosas, migrações, guerras ou por diversos outros motivos de igual importância.

O turismo pode ser visto em diferentes perspetivas. A definição de Theobald (2002) pode levar o turismo a ser visto em diferentes perspetivas: como atividade social, económica e religiosa.

Importa introduzir um novo conceito – o turismo sustentável, que segundo a Organização Mundial do Turismo, é aquele que é ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável e socialmente equitativo para as comunidades locais. Este turismo exige a integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza muitos destinos turísticos (OMT, 1995).

Na ótica de Beni (2002), o turismo sustentável é compreendido como a maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento económico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança a partir das quais serão oferecidos os serviços turísticos.

O Conselho Global de Turismo Sustentável define um destino turístico sustentável como um processo pelo qual as comunidades locais; agências governamentais, ONG, e a indústria do turismo adota uma abordagem multi-stakeholder para manter a cultura, a integridade ambiental, económica e harmoniosa do seu país, região ou cidade (Global Sustainable Tourism Council, 2021).

1.1.1. Enquadramento teórico sobre o Turismo na Economia

O turismo na vertente económica é uma atividade extremamente importante, podendo desempenhar um papel decisivo em termos de desenvolvimento de determinadas regiões.

É um dos fenómenos que melhor caracteriza o modo de viver das sociedades modernas, constituindo uma consequência de necessidades nos domínios de lazer, da

cultura, da religião, da atividade profissional e do conhecimento de outras terras e de outros povos.

O turismo cresce, em termos de complexidade da procura, da oferta e da indústria (Costa, Rita, & Águas, 2004). O seu desenvolvimento em torno dos produtos turísticos é substituído por uma nova perspetiva de valorização das experiências e sensações adquiridas pelos turistas nos locais que visitam (Ramos & Costa, 2017).

O turismo é uma das indústrias mais dinâmicas e promissoras do mundo, por conseguinte, é um dos setores que mais tem contribuído para o PIB mundial. Logo, o seu papel no desenvolvimento económico é inquestionável.

O crescimento do turismo está ligado ao desenvolvimento, a globalização e a história. Esta última que interliga culturas entre os povos, e acabada fazendo com que este setor seja mais dinâmico.

O setor é um verdadeiro impulsionador para o crescimento socioeconómico, na medida em que é motor para a criação de empregos, criação de micro, pequenas e médias empresas, estimula a redução da pobreza e promove o desenvolvimento sustentável. Além disso, Richardson, citado em (Majeed & Mazhar, 2021) afirma que os ganhos do turismo também são sob a forma de desenvolvimento de infraestruturas, exploração de economias de escala em empresas locais, disseminação de conhecimentos, competências e tecnologia avançada. Com isso, Ekanayake e Long (2012) citados por Majeed e Mazahar, mostram que o turismo se torna amplamente uma necessidade extrema das economias para minimizar o seu nível socioeconómico, disparidades entre as nações e regiões através da melhoria socioeconómico dos indivíduos.

Cada país é responsável por criar as suas próprias políticas no âmbito do turismo, não só na perspetiva de atrair turistas, mas também como uma plataforma para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

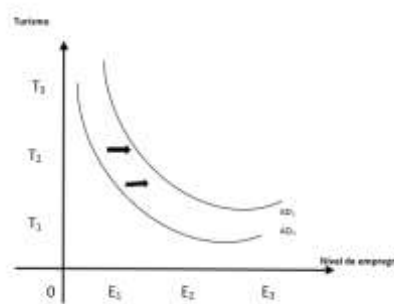
Com o crescimento do turismo em países subdesenvolvidos, espera-se que o país seja mais seguro a todo os níveis, mas esse crescimento pode também pode causar efeitos negativos dentro dos principais centros turísticos, efeitos como aumento da criminalidade, poluição e tráfego.

Existem algumas teorias sobre o turismo com pontos de vista diferentes sobre as suas consequências para as economias (Majeed & Mazhar, 2021), a citar:

1.1.1.1. Teoria Keynesiana

A teoria Keynesiana considera o turismo internacional como uma componente exógena da procura agregada que tem um efeito positivo sobre os rendimentos e o emprego, conduzindo as taxas de crescimento mais elevadas. Com sua contribuição positiva para o produto (PIB), o turismo consegue através da venda de bens e serviços gerar mais empregos e automaticamente mais rendimentos para as famílias. Ou seja; mais rendimentos, mais consumo, gerando assim um impacto positivo na curva da procura agregada (deslocação da curva para direita).

Gráfico 1: Representação da relação das variáveis Turismo e Nível de Emprego



Fonte: Elaboração própria

1.1.1.2. Etapas do desenvolvimento económico de Rostow

Cooper et al., 1993, ligaram similarmente as 5 etapas do desenvolvimento económico de Rostow ao desenvolvimento turismo. Assim, o turismo atravessa 5 etapas, nomeadamente: a sociedade tradicional, condição prévia para o deslocamento, o deslocamento, a condução até a maturidade e alto consumo em massa.

Segundo esta teoria, na primeira fase o turismo limita-se aos visitantes locais e amigos; e depois não só aumenta o desenvolvimento e crescimento económico daquela região, mas também atrai turistas internacionais (segunda fase).

Na terceira fase, muitas mudanças económicas (ou seja, o desenvolvimento tecnológico) ocorrem na região que resultam na industrialização e em serviços de qualidade que aumentam ainda mais o turismo (quarta fase).

Na última fase, a economia está suficientemente preparada para albergar um elevado número de turistas nacionais e internacionais. Nesta fase, as economias obtêm benefícios de um turismo mais elevado.

1.1.1.3. Teoria do crescimento endógeno

A Teoria do crescimento endógeno desenvolvida por Paul Romer (1983) e Robert Lucas (1988) também apoia o impacto positivo do turismo no crescimento através do desenvolvimento do capital humano e do progresso tecnológico, uma vez que a teoria procura compreender as forças económicas que estão por detrás do progresso tecnológico. E o turismo é uma delas, na medida em que a criação de novas empresas (através e para o setor) tendem a desenvolver novos produtos e serviços mais sofisticados como consequência do desenvolvimento do capital humano e do progresso tecnológico.

1.1.1.4. Teoria da convergência do desenvolvimento

A teoria da convergência do desenvolvimento relacionada com o turismo tem dois temas distintos. Primeiro, o turismo parece ser um agente de crescimento económico e de desenvolvimento regional dentro de um determinado país, contribuindo para a diminuição dos desequilíbrios regionais. Em segundo lugar, o desenvolvimento do turismo divide o mundo em países desenvolvidos e menos desenvolvidos e efeitos positivos pode aparecer mais tarde.

1.1.1.5. Teoria da dependência

A teoria da dependência implica que as regiões turísticas menos desenvolvidas dependem de fatores externos e derivam o seu crescimento do crescimento correspondente nas regiões desenvolvidas. O seu desenvolvimento turístico pode, portanto, refletir os sintomas de dependência quando resulta no desenvolvimento de países ou regiões desenvolvidas à custa dos mais pobres. Por conseguinte, a dependência do turismo pode afetar o nível de crescimento quando o turismo sofre de vulnerabilidade.

Todas as teorias mencionadas têm um ponto em comum, que o turismo é de alguma forma um agente de crescimento económico, embora favorecer mais algumas

regiões do que outras. E esta disseminação global que temos vindo a acompanhar gera benefícios a todos os níveis para as sociedades.

Capítulo II- O Turismo internacional e pandemia da Covid-19

O turismo internacional tem vindo apresentar excelentes resultados nos últimos anos, com exceção dos dois últimos anos, que afetaram a crescente evolução do setor turístico com o início da pandemia da covid-19. O setor revela uma importante fonte de receitas derivadas da exportação de bens e serviços de inúmeros países, e contribui para uma parte importante do PIB global.

O presente capítulo apresentará a evolução do turismo internacional, tal como os dados mais recentes, que apresentam uma queda devido a situação pandémica que o mundo está a enfrentar atualmente.

2.1 Evolução do turismo

O crescimento do turismo nas últimas décadas vem acompanhado de um crescimento económico nos diversos países que apostaram neste setor. A indústria também tem trazido resultados extraordinários a nível mundial.

Os números das entradas internacionais têm crescido exponencialmente desde 2003 (ano da crise causada pela epidemia da SARS), e, desde então, só veio a apresentar uma descida em 2020 com o início da pandemia causada pela covid-19.

Figura 2: Evolução do Turismo (2003-2019)



Fonte: ICAO (2020)

Em 2019, no ano pré-pandemia, o setor contribuiu com 10,4% do PIB mundial (WTTC, 2020), o equivalente a 9.2 mil milhões de dólares. Mas a passagem de 2019 para 2020 foi marcada pelo aparecimento da Covid-19. A pandemia do coronavírus afetou a economia mundial, causando grandes desequilíbrios nos mercados financeiros.

No âmbito internacional, o turismo é visto como uma exportação invisível de bens e serviços, já que o efeito económico é equivalente ao das exportações de mercadorias, resultando na entrada de moedas no país de destino (Cabugueira, 2005).

O turismo encontra-se na terceira categoria em termos exportação, ficando atrás apenas dos químicos e combustíveis. As receitas totais de exportação do turismo cresceram 7 anos consecutivos, mas o ritmo de crescimento foi interrompido em 2020 pela pandemia.

Figura 3: Geração de receitas internacionais do turismo- Capacidade de Exportação



Fonte: OMT (2019)

Figura 4: Ganhos por categoria

Export earnings by category					
Rank	USD billion				
	2010	2015	2016	2017	2018
World					
1 Fuels	2,395	1,799	1,476	1,976	2,408
2 Chemicals	1,694	1,844	1,816	1,985	2,237
3 International Tourism (BOP Travel & Passenger transport)	1,152	1,445	1,469	1,590	1,712
- International Tourism Receipts	980	1,228	1,254	1,352	1,458
- International Passenger Transport	171	217	215	238	253
4 Automotive products	1,094	1,330	1,365	1,466	1,547
5 Food	1,116	1,330	1,352	1,474	1,532
6 Textiles and clothing	608	741	725	760	807
7 Telecommunications equipment	585	706	685	652	749
8 Mining products other than fuels	679	567	536	654	727
9 Transport equipment other than automotive products	592	694	667	691	706
10 Integrated circuits and electronic components	484	526	526	636	703

Fonte: OMC (2021)

Um indicador importante para a avaliação do turismo internacional é a Balança de Pagamentos (BP), que mostra resumidamente as transações entre residentes e não residentes. Este indicador está dividido em 3 contas, dentre elas a balança corrente que inclui a conta de bens e serviços, como se pode ver na figura 6, que mostra os resultados

dos últimos anos (antes da pandemia) a nível mundial, nas economias avançadas e nas economias emergentes.

Figura 5: Turismo Internacional na Balança de Pagamentos

	USD billion					Market share (%)		
	2010	2015	2016	2017	2018	2015	2017	2018
World								
Total exports of goods and services	19,222	21,500	21,051	23,156	25,296	100	100	100
Goods	15,301	16,537	16,020	17,729	19,451	76.9	76.6	76.9
Services	3,921	4,963	5,031	5,429	5,845	23.1	23.4	23.1
International Tourism (BOP Travel & Passenger transport)	1,152	1,445	1,469	1,590	1,772	6.7	6.9	6.8
- International Tourism Receipts	980	1,228	1,254	1,352	1,458	5.7	5.8	5.8
- International Passenger Transport	171	217	215	238	253	1.0	1.0	1.0
Advanced Economies								
Total exports of goods and services	12,366	13,584	13,512	14,671	15,810	100	100	100
Goods	9,410	9,890	9,762	10,660	11,527	72.8	72.7	72.9
Services	2,955	3,694	3,749	4,011	4,283	27.2	27.3	27.1
International Tourism (BOP Travel & Passenger transport)	767	950	965	1,028	1,104	7.0	7.0	7.0
- International Tourism Receipts	643	805	823	875	943	5.9	6.0	6.0
- International Passenger Transport	124	145	143	153	161	1.1	1.0	1.0
Emerging Economies								
Total exports of goods and services	6,857	7,916	7,539	8,487	9,486	100	100	100
Goods	5,891	6,647	6,257	7,069	7,924	84.0	83.3	83.5
Services	966	1,268	1,282	1,418	1,562	16.0	16.7	16.5
International Tourism (BOP Travel & Passenger transport)	385	495	504	562	608	6.3	6.6	6.4
- International Tourism Receipts	337	423	431	477	515	5.3	5.6	5.4
- International Passenger Transport	47	72	73	85	93	0.9	1.0	1.0

Fonte: OMT (2019)

Os países mais desenvolvidos e com elevadas taxas de crescimento tendem a atrair mais turistas, pela qualidade das infraestruturas e pela diversidade dos seus recursos turísticos. Por consequência disso, os saldos da balança de pagamento das economias mais avançadas apresentam sempre um superavit.

2.2 Efeitos da Covid-19 no turismo internacional

A crise sanitária causada pela covid-19 fez com que o mundo por algum tempo paralisasse, fazendo com que os cenários normais dos destinos turísticos fossem cancelados. Daí sublinhou-se à importância do turismo para a economia mundial, e de alguns países em particular, que têm as suas economias dependentes desse setor.

O turismo sofreu a maior queda registada em 2020, fruto das medidas impostas pelos governos devido a emergência sanitária. O setor foi o mais afetado pela pandemia, com empresas, empregos e meios de subsistência em todo mundo gravemente afetados pela crise (OMT, 2021).

Apesar ter sofrido a pior crise em 2020, devido a pandemia da covi-19, o setor tem antecedentes de crises nos anos 2003 e 2009, causadas pela epidemia da SARS, pela crise económica global e a gripe A, respetivamente.

O conselho Mundial da Viagem e do Turismo (WTTC) estimou na altura que o impacto económico a nível mundial da epidemia da gripe A foi de 55 milhões de dólares, e a epidemia da SARS, em 2003, causou danos avaliados em 30 a 50 mil milhões de dólares.

Figura 6: Impacto das crises anteriores no turismo internacional

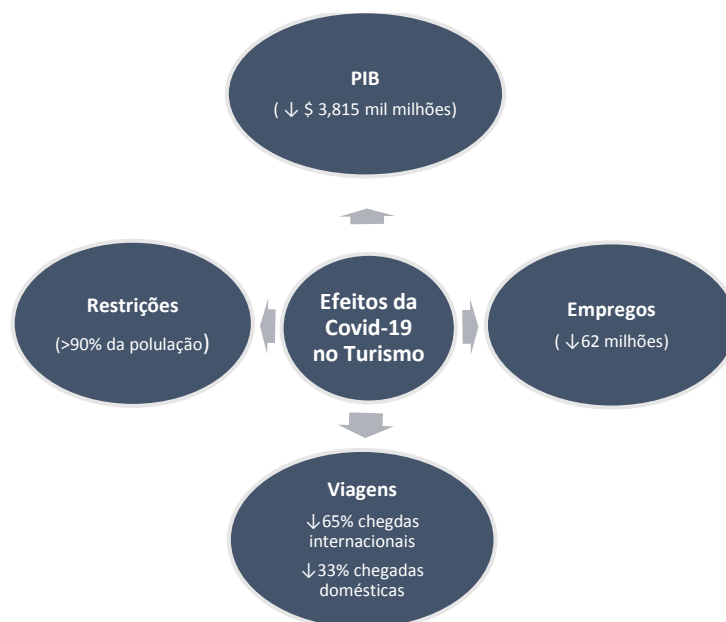


Fonte: OMT (2022)

O setor contribuiu com 10,4% do PIB mundial em 2019, o que equivale a 9.2 mil milhões de dólares (WTTC, 2020). Em 2020 o turismo reduziu em 49,1% da sua contribuição para o PIB mundial, devido às contínuas restrições de mobilidade. No mesmo ano, perdeu-se cerca de 62 milhões de empregos, deixando apenas cerca de 272 milhões de empregados em todo o setor a nível mundial. As despesas dos visitantes domésticos diminuíram 45%, enquanto as despesas dos visitantes internacionais diminuíram em 69,4% (OMT, 2021).

Na figura abaixo conseguimos ver alguns dos efeitos da covid-19 a nível global.

Figura 7: Principais efeitos globais da Covid-19 sob o turismo em 2020



Fonte: WTTC (2021)

Muitas regiões foram bastante afetadas, principalmente os países que em que o turismo contribui considerável no produto interno bruto. Mas, é importante ressaltar que a dependência no setor afeta o crescimento pelo fato desse setor estar sujeito a algumas vulnerabilidades, o fator pandemia demonstrou claramente que é necessário que países dependentes desse setor ou de qualquer outro diversifiquem as suas economias.

A tabela a baixo mostra os efeitos negativos do turismo em algumas economias (efeitos regionais).

Tabela 1: Dados regionais dos efeitos da Covid-19 para o turismo em 2020

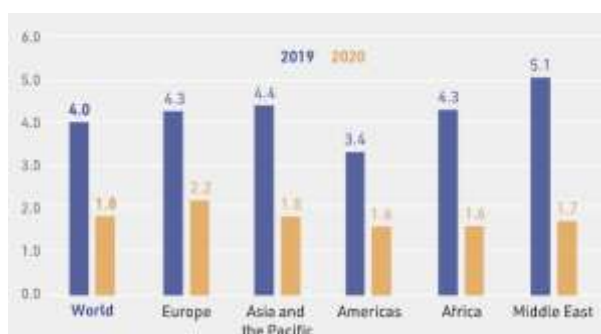
Região	T&T PIB mudança 2020	Empregos de T&T 2020
África	-42,2% (-\$83 mil milhões USD)	-29,3% (-7.2 MN empregos)
Asia Pacífico	-53,7% (-\$1,165 mil milhões USD)	-18,4% (-34.1 MN empregos)
Caraíbas	-58% (-\$ 34 mil milhões USD)	-24,7% (-34.1 MN empregos)
Europa	-51,4% (-\$ 1,126 BN USD)	-9,3% (-3.6 MN empregos)
América Latina	-41,1% (-110 BN USD)	-23,4% (-4% MN empregos)
Medio Oriente	-51,1% (-\$138 mil milhões USD)	-17,4% (-1.2 MN empregos)
América do Norte	-42,2% (- \$910 BN UDS)	-27,9% (-7.1 MN empregos)

Fonte: WTCC (2021)

O turismo apresentou um crescimento de 4% em 2021, mais 15 milhões de chegadas de turistas internacionais (visitantes noturnos) em relação a 2020 (415 milhões VS 400 milhões). Mas ainda assim, as chegadas internacionais ficaram abaixo de 72% do ano 2019 (ano pré-pandemia), segundo as estimativas preliminares (OMT, 2021).

O aumento de 4% em 2021, foi estimulado pelo aumento da confiança dos viajantes dado ao rápido progresso das vacinações e ao alívio de algumas restrições que os impediam de ir aos seus destinos.

Figura 8: Produto Interno Bruto do Turismo (TDGDP), % do PIB



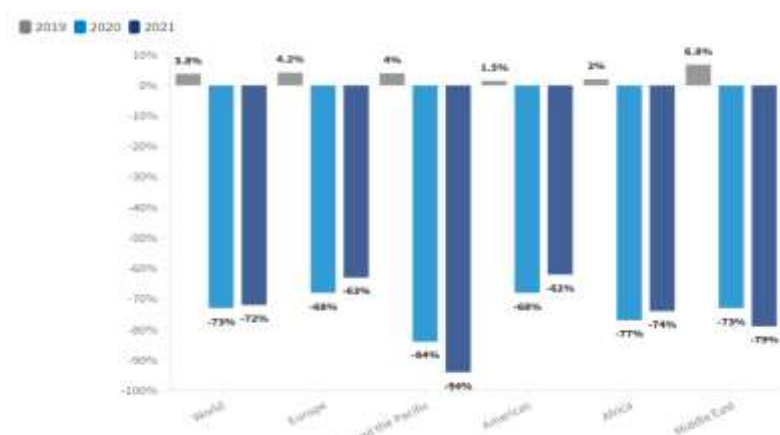
Fonte: OMT (2021)

A contribuição em termos reais em 2021 (medida em produto interno bruto direto do turismo- TDGDP¹) é estimada em 1.9 trilhão de dólares americanos, que foi

¹ Produto Interno Bruto Direto do Turismo (PDGDP) é um agregado macroeconômico que mede a contribuição direta do turismo para a economia.

superior ao 1.9 trilhão em 2020, e ainda mais baixo que os 3.5 trilhões de dólares em 2019 (OMT, 2022).

Figura 9: Chegadas e receitas turísticas internacionais



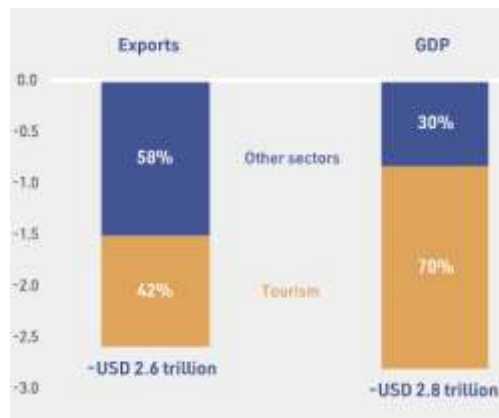
Fonte: OMT (2022)

Observamos na figura acima que as regiões da Ásia e Pacífico foram as que registaram maior queda em 2020, com uma diminuição de 84% nas chegadas de turistas, aproximadamente menos 300 milhões que no ano de 2019. Na Europa e nas Américas, as chegadas diminuíram cerca de 68% em 2020, mas em 2021 houve um aumento de 19% e 17%, respetivamente. E por último, o Médio Oriente e África, que diminuíram as suas chegadas em 2020, em cerca de 73% e 74%, respetivamente, em 2021 houve um aumento nas chegadas de 12% em África e uma descida de 24% no médio oriente em comparação com o ano de 2020 (OMT, 2022).

A recuperação das chegadas no ano de 2021 foi lenta e desigual para algumas regiões, fruto das medidas que cada país tomou para salvaguardar a vida da população, e da taxa de vacinação que quando baixa resultou na restrição de mobilidade.

Esta crise causou perda de receitas de exportação de produtos turísticos internacionais é estimada em 1.1 trilhão de dólares, representando 42% da perda total no comercio internacional em 2020, uma perda 11 vezes maior que a causada pela crise económica de 2009.

Figura 10: Queda nas exportações globais e PIB EM 2020



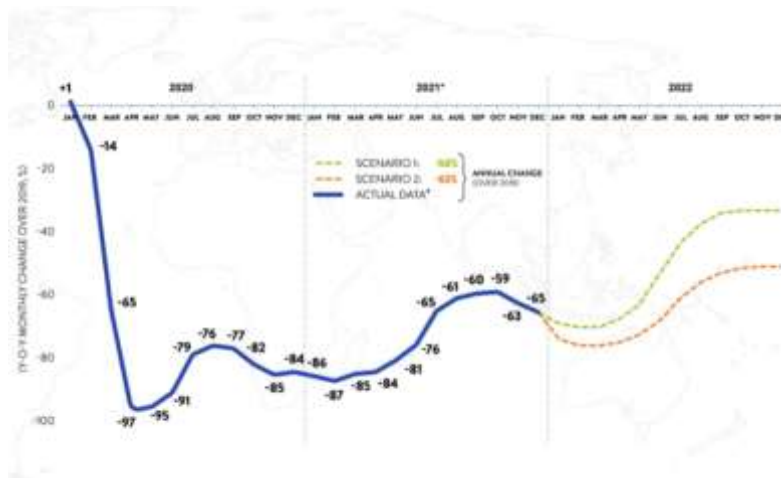
Fonte: OMT, OMC, FMI (2021)

A organização mundial do Turismo sugere uma série de prioridades para a recuperação do turismo, que foi atualizada de acordo a evolução da situação atual tornando as viagens seguras, tanto para os turistas como para os empregados, empresas e destinos. As prioridades para a recuperação do turismo são:

- Proporcionar liquidez e proteger os empregos;
- Recuperar a confiança através da segurança e proteção;
- Colaboração público-privada para reabertura eficiente;
- Abrir as fronteiras com responsabilidade;
- Harmonizar e coordenar protocolos e procedimentos;
- Trabalhos de valor acrescentado através das novas tecnologias;
- Inovação e sustentabilidade como o novo normal.

Com isso, espera-se que a dinâmica das viagens volte (aos poucos) a ser a mesma, e que pouco a pouco o setor do turismo volte a demonstrar os mesmos resultados que nos anos anteriores.

Figura 11: Chegadas turísticas internacionais em 2020 e 2021 e cenários para 2022



Fonte: OMT (2022)

O aparecimento da variante Ómicron desencadeou um aumento de casos e afetou a confiança dos viajantes no início de 2022. Mas, a medida que os casos diminuem, alguns países reduzem as suas restrições e reforçam as vacinações, por outro lado, outros países reintroduzem restrições de viagens para determinados mercados mais afetados pelo vírus e com taxas de vacinação baixas.

Contudo, os cenários da Organização Mundial do Turismo preveem um crescimento de 30% a 78% em 2022 em comparação com 2021.

Capítulo III- Metodologia de investigação

Neste capítulo estão presentes as definições da metodologia aplicada, as vantagens desvantagens da mesma, tal como os objetivos gerais e específicos do trabalho, e a estratégia de investigação adotada.

Assim sendo, é fundamental que todo o investigador se preocupe com a questão da fiabilidade e validade dos métodos a que recorre, sejam eles de cariz quantitativo ou qualitativo, porque sem rigor a investigação não tem valor e torna-se ficção, perdendo assim a sua utilidade (Coutinho, 2008).

Dentro daquilo que são os vários tipos de metodologias a se aplicar num estudo científico, este tudo vai adotar um desenho de investigação qualitativa, uma vez que se pretende atingir uma abordagem profunda sobre o fenómeno a estudar.

3.1 Metodologia qualitativa

A metodologia qualitativa tem em conta as opiniões, as discussões, experiências visuais e histórias de vida para entre outros para avaliar e investigar o tema em questão (Maxwell, 2020).

Creswell (1994) define a investigação qualitativa como um processo de inquérito para compreender um problema social ou humano baseado na construção de um quadro complexo e holístico, formado com palavras, relatando opiniões detalhadas de informadores, e conduzido num ambiente natural.

Minayo (citado em Pinto et al., 2018: 31) define a metodologia qualitativa como: “aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo estas últimas encaradas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas”.

A investigação qualitativa tem um foco multimetodológico, envolvendo abordagens interpretativas e naturalísticas dos temas estudados. Procura compreender e explicar o objeto de estudo, considerando o seu contexto histórico, tecnológico, socioeconómico de cultural. Desenvolvendo-se mediante a perspetiva do discurso, a análise documental, a observação participativa, os inquéritos em profundidade, as entrevistas, entre outros (Sousa & Baptista, 2014).

Existe uma vasta gama de métodos, metodologias, e estratégias de investigação que podem ser utilizadas em termos de investigação quantitativa, incluindo, mas não se limitando à experimentação, ensaios aleatórios, e estudos de inquérito. Estes geralmente envolvem a utilização de amostragem representativa em larga escala com o objetivo de se poder generalizar os resultados. Para estes métodos tudo se encaixa bem com o objetivo de melhorar a organização e práticas de gestão do ponto de vista da gestão, mas ficar aquém das expectativas se a organização quiser incorporar um leque de perspetivas (Lanka et al., 2021)

Denzin & Lincoln (citados em Lanka et al., 2021) afirmam que é aqui que reside o valor da investigação qualitativa: na sua capacidade de trazer diversas perspetivas, o que faz é diferente da investigação quantitativa. Por exemplo, quando a realização de investigação qualitativa, o investigador está preocupado com uma descrição do fenómeno de interesse e não a sua medição. Esta descrição do referido fenómeno só pode ocorrer capturando a experiência dos participantes do estudo – para exemplo, através da sua observação na sua prática ou por recolhendo as suas próprias contas, tais como através de entrevistas ou diários. Os estudos qualitativos utilizam, amostras pequenas e não padronizadas, quando comparados com os estudos quantitativos.

Existem críticas no sentido de que a investigação qualitativa é vista como interpretivista e, portanto: não-sistemática, anedótica (por exemplo, não é fiável), casual e ilustrativa (mas não mais do que isso).

A investigação qualitativa também é vista como muito cara e demorada, envolvendo viagens, observação, entrevistas e/ou grupos focais, que precisam de ser transcritos (a transcrição de uma entrevista de uma hora pode demorar até oito horas, dependendo da qualidade da gravação e da compreensibilidade da linguagem utilizada). Os problemas acima mencionados contrariam a aceitação e a utilização mais generalizada da investigação qualitativa no meio académico. Outro problema da investigação qualitativa é que esta pode ser confundida com a prosa do tipo jornalístico, especialmente por aqueles que não seguem um método rigoroso. Por outro lado, a investigação quantitativa, que procura quantificar objetivamente as realidades da investigação, fornecendo e utilizando números, e utilizando na sua maioria software estatístico para o que são, por vezes, cálculos bastante complexos, é bem vista pelos mais conservadores dos académicos e das revistas de investigação (Oliveira et al., 2018).

A investigação qualitativa não é uma categoria homogênea. Existem várias abordagens metodológicas à investigação qualitativa, incluindo tradições de longa data, tais como teoria fundamentada, etnografia, fenomenologia, e descrição qualitativa, bem como desenhos mais recentes, tais como abordagens baseadas nas artes. Cada uma destas abordagens evoluiu ao longo do tempo, tem muitas variações, e emerge do seu próprio contexto histórico, posição epistemológica, e técnicas metodológicas. A metodologia qualitativa orientadora (distinta dos métodos como os grupos focais ou entrevistas) devem ser identificadas em todos os estudos, porque isto estabelece as bases para a congruência em todos os outros aspetos da conceção, incluindo a abordagem analítica. Em parte, devido a esta complexidade, há muito debate no campo da investigação qualitativa em torno do que constitui a "boa" investigação qualitativa (por exemplo, rigor) e como avaliar a "indulgência" dos estudos qualitativos (Tutelman & Webster, 2020). O método qualitativo não emprega um instrumental estatístico, visto que não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. A abordagem qualitativa de um problema é adequada para entender a natureza de um fenómeno social, tenta compreender os significados, não é objetiva e apresenta uma conceção funcionalista da ciência. As pesquisas qualitativas lidam com situações complexas ou particulares (Neto, 2018).

A investigação qualitativa envolve o uso estudado e a recolha de uma variedade de materiais empíricos - estudo de casos; experiência pessoal; introspeção; história de vida; entrevista; artefactos; textos e produções culturais; textos observacionais, históricos, interativos e visuais - que descrevem a rotina e os momentos e significados problemáticos na vida individual. Assim, os investigadores qualitativos empregam uma vasta gama de práticas interpretativas interligadas, esperando sempre obter uma melhor compreensão do assunto em questão. Compreende-se, no entanto, que cada prática torna o mundo visível de uma forma diferente. Assim, existe frequentemente um compromisso de utilizar mais do que uma prática interpretativa em qualquer estudo.

3.2 Vantagens e desvantagens

Existem certos benefícios na utilização de abordagens e métodos de investigação qualitativa (Rahman, 2017) dentre eles:

Em primeiro lugar, Denzin (1989) refere que na investigação qualitativa a abordagem produz a descrição espessa (detalhada) dos sentimentos, opiniões e experiências dos participantes; e interpreta o significado das suas ações.

Em segundo lugar, há quem argumente que a abordagem de investigação qualitativa (interpretivismo) compreende de forma holística a experiência humana em cenários específicos. Denzin e Lincoln (2002), por exemplo, mencionaram que a experiência humana qualitativa a investigação é um campo interdisciplinar que engloba uma gama mais vasta de pontos de vista epistemológicos, investigação métodos, e técnicas interpretativas de compreensão das experiências humanas.

Em terceiro lugar, a abordagem da investigação do interpretivismo é considerada como uma investigação ideográfica, o estudo de casos individuais ou eventos (Klein & Myers, 1999); e tem capacidade para compreender as vozes, significados e acontecimentos de diferentes pessoas. Assim, a fonte de conhecimento nesta abordagem é o significado de diferentes eventos (Richardson, 2012).

Em quarto lugar, métodos de investigação qualitativa, tais como observação de participantes, entrevistas não estruturadas, observação direta, os registos descritivos são mais frequentemente utilizados para a recolha de dados (Cohen et al., 2011). Durante a recolha de dados, os investigadores interagem diretamente com os participantes, tal como acontece durante a recolha de dados através de entrevistas. Consequentemente, a recolha de dados é subjetiva e detalhada.

Finalmente, a conceção da investigação qualitativa (abordagem interativa) tem uma estrutura flexível, uma vez que a conceção pode ser construída e reconstruída em maior medida (Maxwell, 2012). Assim, a análise exaustiva e adequada de uma questão pode ser produzida através da utilização de métodos de investigação qualitativa e, por conseguinte, os participantes têm liberdade suficiente para determinar o que é consistente para eles (Flick, 2011). Como resultado, as questões complexas podem ser facilmente compreendidas.

Para além das vantagens acima referidas, são também apresentadas algumas limitações (Rahman, 2017).

Em primeiro lugar, Silverman (2010) argumenta que as qualidades das abordagens de investigação por vezes deixam de fora sensibilidades contextuais, e concentram-se mais em significados e experiências.

Em segundo lugar, os decisores políticos podem dar pouca credibilidade aos resultados da abordagem qualitativa. Sallee e Flood (2012) descobriram que as partes interessadas utilizam frequentemente a investigação quantitativa quando a investigação é solicitada.

Em terceiro lugar, em termos de método de investigação, a menor dimensão da amostra levanta a questão da generalidade para o conjunto população da investigação (Harry & Lipsky, 2014; Thompson, 2011). Berg e Lune (2012, p. 4) comentaram também que, "A investigação qualitativa é um longo caminho difícil, com dados elusivos de um dos lados e requisitos rigorosos de análise por outro".

3.3 Características

O método de investigação qualitativo tem, na sua essência, quatro características (Pinto et al., 2018):

1. A fonte direta dos dados é o ambiente natural e o investigador é o principal agente da sua colheita.
2. Os dados recolhidos são essencialmente de caráter descritivo.
3. O investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado atribuído às experiências.
4. A análise dos dados é feita de forma indutiva

Nesta perspetiva, importa referir também os elementos de rigor na investigação qualitativa que estes últimos autores apresentam:

- Credibilidade: que reflete o valor de verdade do processo de colheita e análise de dados, garantindo assim que as construções do investigador reproduzem os fenómenos em estudo e pontos de vista dos participantes.
- Transferibilidade: que reflete o grau em que os resultados do estudo podem ser transferidos para outras situações.
- Dependência: aborda a consistência dos dados, bem como a possibilidade de o estudo ser auditado.
- Confiabilidade: garante que a colheita e análise dos dados foram realizados por um processo fiel, refletindo o fenómeno em estudo e não as ideias ou desvios do investigador.
- Autenticidade: demonstra que o estudo consegue representar diferentes realidades.

A pesquisa qualitativa, quando realizada corretamente, oferece um caminho metodológico para o discernimento destas e muitas questões.

3.4 Instrumento de observação

O instrumento de observação tem como finalidade o levantamento e obtenção da informação fundamental ao modelo de análise e, por essa razão, deve ser adequado a tal. (Correia, 2019).

Para este trabalho, irá efetuar-se uma análise através do método qualitativo como foi referido mais acima, usando as suas ferramentas para obtenção de dados, assim como para auferir os resultados.

Como instrumento de observação utilizou-se o questionário, que esteve online entre 24 de janeiro a 25 de fevereiro de 2022. O questionário foi sujeito a um pré teste para validação da sua conformidade, tendo-se alterado pequenos pormenores no mesmo, de acordo com os comentários apresentados.

O questionário tem a seguinte estrutura:

- Género
- Idade
- Atividade profissional
- Estado civil
- Habilitações literárias
- Quantas vezes viaja por ano?
- Quando viaja, vai:
- Qual transporte usa?
- Quais são os principais destinos turísticos em Angola?
- Onde se hospeda?
- Quanto costuma gastar em média nas suas viagens?
- Quanto gasta em média na hospedagem?
- O que procura quando viaja?
- Classifique o seu interesse
- O que pensa do potencial turístico de Angola?
- Qual das 18 províncias escolheria como capital turística?
- Quais as principais limitações para o desenvolvimento do turismo interno?

Capítulo IV - Caracterização de Angola, história, economia e IDH.

Angola passou por um processo de colonização e até chegar a independência vários acontecimentos marcaram a sua história. Este capítulo tem como finalidade levar a compreensão da história de Angola de forma sucinta, e principalmente mostrar a evolução recente da economia angolana.

4.1 Caracterização de Angola

Angola é um país situado na costa ocidental do continente africano. Inicialmente formado por reinos tradicionais, que conheceram uma nova dinâmica com a chegada de navegadores portugueses sob o comando de Diogo Cão, em 1482, que posteriormente iniciaram o processo de colonização.

O nome Angola é uma derivação portuguesa do nome N'gola, nome de origem bantu que referenciava os reis do reino do Ndongo. As definições diplomáticas das atuais fronteiras de Angola, foram feitas entre 1885 e 1891. Deste modo, Angola passou a adquirir uma extensão territorial de 1 246 700 km² (Pacheco, Costa, & Tavares, 2018). O território angolano é limitado à Norte pela República Democrática do Congo, a Sul pela Namíbia, a Este pela Zâmbia e a Oeste pelo Oceano Atlântico. É constituído por 18 províncias, e tem a sua Capital a província de Luanda, possui ainda um exclave (a província de Cabinda) que faz fronteira com a República Democrática do Congo (à 658 km).

Figura 12: Mapa de Angola



Fonte: World Atlas (2021)

Um dos principais meios de troca foi o zimbo, um pequeno búzio cinzento. Depois dele surgiram outros como os panos, o sal e o cobre, este último que teve uma vasta aplicação como meio de troca. Também eram usados escravos como moeda de troca (apesar d'eles fazerem o trabalho escravo, ainda eram usados como moeda de troca) (Silva, 2017) . Após um longo período de tempo surgiram as moedas, nomeadamente, as macutas, os angolares, o real, o escudo e por último o “kwanza”, nome escolhido em referência ao rio kwanza que atravessa todo o país. Esta última moeda entrou em circulação a 8 de janeiro de 1977, tornando-se na moeda oficial do país (BNA, 2021).

Atualmente Angola possui uma população de aproximadamente 32,9 milhões de habitantes (B.portugal, 2020). O português é a língua oficial do país, essa mudança foi fruto da colonização. Todavia, existem outros dialetos bastante falados no país, nomeadamente, o umbundu, kimbundo, kikongo, nganguêka, côckue, nhaneca, helelo, oxindinga, oxiwambo, vátwa e o khoinsan.

O país possui um solo e um subsolo rico em recursos naturais, particularmente recursos minerais como o petróleo, o gás natural, diamantes, ferro, mármore, ouro, cobre, etc.; recursos hídricos que se particularizam pelos grandes rios que atravessam o território, como por exemplo o rio Kwanza, que é responsável pelo abastecimento elétrico de algumas regiões, o rio Zaire (ou rio Congo) que é o segundo maior rio de África, o rio Zambeze e outros; destacam-se também recursos florestais e os recursos agrícolas. Agricultura é ainda maioritariamente de subsistência para grande parte das famílias angolanas. Mas, esse cenário nem sempre foi assim, uma vez que Angola exportava em massa produtos agrícolas como a banana, o café, o algodão, o tabaco o milho e o açúcar.

4.2 Breve história

Segundo Henriques (2004), podemos dividir a História por cinco (5) etapas:

- Civilizações Pré-Históricas (Comunidade Primitiva);
- O Período Pré-colonial (com o desenvolvimento de novos modos de produção pré-capitalista, semi-esclavagista e semi-tributária). Pode-se convencionalmente admitir 1575 como marco cronológico do fim deste período;

- Período do Mercantilismo Colonial de (acumulação primitiva e posterior de capital). Começa antes de 1575 e desenvolve-se até 1885;
- Período do capitalismo colonial (1885 a 1975);
- Período da independência (desde 1975 aos dias de hoje).

Quando os europeus chegaram à África Subsariana alguns povos já se encontravam organizados em clãs e reinos, porém com um desenvolvimento muito fraco. No território que hoje é Angola, habitavam vários povos de origem Bantu (organizados em reinos) e os povos Khoisan (Hotentotes e Bosquímanos) organizados por clãs, que eventualmente foram os primeiros povos a habitarem em Angola, povos provenientes do sul do continente.

Os povos Bantu sabiam trabalhar a ferro, com isso, produziam enxadas, pontas de lanças e outros instrumentos feitos com ferro usados naquela altura. Também dominavam o artesanato. Os povos Khoisan eram povos nómadas caçadores, fisicamente eram baixa estatura, pele acastanhada e com rosto de aparência asiática.

O povo Bantu dividia o trabalho por género. Os homens desmatavam e lavraram os terrenos pela primeira vez e as mulheres cultivavam e faziam a colheita durante o ano (que era o trabalho principal), tendo ainda tinham as suas responsabilidades dentro lar como mulheres e mães.

Os terrenos agrícolas pertenciam ao grupo, sendo assim, a colheitas eram dividas de igual forma. Quando os solos das lavras se esgotassem eles mudavam para outro terreno, existindo assim uma agricultura itinerante (Pacheco, Costa, & Tavares, 2018).

O território angolano estava organizado em vários reinos, dentre eles o reino do Congo (que já exibia uma estrutura socioeconómica e política mais desenvolvida), o reino do Ndongo, Matamba, Benguela e os Planalto Central.

Em 1482 atracaram a foz do rio Zaire as primeiras caravelas portuguesas, sob chefia do navegador Diogo Cão enviado pelo então de Portugal, D. João II. A partir deste marco os portugueses passaram a conquistar os reinos que lá encontraram.

Depois de muitos anos, a colónia de Angola formou-se em 1575, com a chegada de Paulo Dias de Novais, mais 100 famílias de colonos e muitos soldados. Paulo Dias de Novais tinha a principal intenção de explorar recursos naturais e promover o tráfico negreiro em Angola (Angola C. G., Consulado Geral de Angola , 2014).

Em 1836, o tráfico de escravos foi abolido, e em 1884 os portos de Angola estariam abertos a navios estrangeiros. Portugal viu-se na obrigação de efetivar a ocupação territorial das suas colónias pós a conferencia de Berlin. O território de Cabinda também seria concedido a Portugal, graças a legitimidade do Tratado de Protetorado de Simulambuco, assinado entre os reis de Portugal e os príncipes de Cabinda em 1885.

No segundo quarto do século XX, mais precisamente em 1961, apareceram os primeiros movimentos nacionalistas, que tinham como objetivo lutar pela liberdade do povo. A partir da década de 50, iniciaram as formações de organizações políticas mais explícitas, promovendo campanhas no mundo inteiro, lutando pela Independência. (Angola C. G., Consulado Geral de Angola , 2014).

O poder colonial não aceitava as propostas das forças nacionalistas, o que desencadeou uma serie de conflitos armados diretos.

Destacaram-se na luta armada, o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) fundado em 1956 e liderado por Agostinho Neto, de orientação marxista-leninista; a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) fundado em 1961e liderado por Holden Roberto, apoiada pelo Zaire (atual RDC); e a União Nacional para a Independência Total (UNITA) fundada em 1966 e liderada por Jonas Savimbi.

Depois de anos de confrontos diretos, em 11 de novembro de 1975 o país alcançava Independência (Angola C. G., Consulado Geral de Angola , 2014).

Após a saída dos portugueses do território angolano, as forças nacionalistas entraram em um novo conflito civil que visava a liderança do país. Este conflito iniciou em 1976 e marcaram o início de uma guerra sangrenta, que acabou por dar vitória ao MPLA, cujo governo foi reconhecido pela Organização da Unidade Africana (atual União Africana- UA) e admitido na ONU.

Em maio de 1991, foi assinado no Estoril (Portugal) por José Eduardo dos Santos (que substituiu Agostinho Neto após sua morte em 1979) e Jonas Savimbi, o documento oficial do acordo de Bicesse que decretava o fim da guerra e a realização das primeiras eleições democráticas em Angola. Assim ficou estabelecido cessar-fogo oficial (Oxfam, 2001).

Em 1992 foram realizadas as primeiras eleições presidenciais e legislativas, tendo o MPLA como o vencedor com 47% dos votos (Eduardo, 2017). A revolta do

líder da UNITA pelos resultados das eleições fez com que o país entrasse na segunda fase da guerra civil (de 1992 a 1994).

Em 1994 foi assinado o acordo de Lusaka entre o Governo e a UNITA, sob pressão da comunidade internacional. Em 1998 a UNITA e o MPLA voltam ao conflito armado, pela insistência da UNITA em tomar o poder à força. Após 27 anos de conflito armado, onde grande parte das infraestruturas do país foram destruídas e muitos derrames de sangue, finalmente a paz foi consolidada em 4 de abril de 2002.

4.3 Contexto económico

A economia de Angola sofreu grandes transformações desde a entrada até a saída dos portugueses no território. No entanto, com o início da guerra civil o país passou a apresentar mais debilidades no seu quadro macroeconómico.

Neste sentido, é importante acompanhar a evolução da mesma e ver os choques mais marcantes desde 1975 até aos dias de hoje.

A economia angolana pode-se dividir em três fases ou etapas principais (Filho & Chimbulo, 2014):

Numa primeira fase após a independência do país (11 de novembro de 1975), em que Angola adotou um Modelo de economia socialista, com planeamento central (1975-1988), onde os planos eram geralmente de curto prazo (não passando de um ano) e tinham como principal objetivo atingir áreas consideradas importantes para o desenvolvimento económico. A segunda fase vai de 1989 a 2002, que é a fase de transição para a economia do mercado e neoliberalismo, que foi fortemente influenciada pela conjuntura internacional como a queda da União Soviética e a adesão de Angola ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa fase também foi um fracasso porque Angola possuía especificidades que não lhe possibilitava a implementar de forma adequada as exigências do FMI. Já a terceira fase (2002-2012) foi o período de uma política económica intervencionista, nomeadamente, um crescimento económico acelerado, que só foi possível com o término do conflito militar interno, que culminou com a paz de Angola. Essa fase de grande crescimento económico veio expor a dependência da economia angolana no setor petrolífero, que em conjunto com a paz definitiva geraram um desempenho económico melhor que as duas fases anteriores.

4.3.1 Modelo socialista- economia com planeamento central (1975-1988)

Depois de alcançar a independência, a economia de Angola encontrava-se numa situação difícil com a falta de mão-de-obra qualificada e falta de capital para financiamento.

Em 1977, definiu-se no primeiro congresso do MPLA um novo modelo de governo- o modelo socialista, e a partir daí a Nação passaria a ser orientada pela União Soviética, passando a cooperar também com outros países socialistas, especificamente, os países que se situavam no leste europeu, além de Cuba e Vietnam. Com isso as principais unidades de produção seriam nacionalizadas, criando assim, condições para o planeamento centralizado da economia. Embora o país tenha adotado um modelo de governação socialista, no norte do país havia um exclave petrolífero capitalista, na província de Cabinda, o que permitia a convivência com o enclave, pois a dependência em relação ao capital estrangeiro e a necessidade de um grande volume de recursos financeiro para financiando do país era sublinhado (Filho & Chimbulo, 2014). E, também, época da independência o exclave já assumia um papel fundamental na geração de finanças para Angola.

Com o novo modelo a centrar-se no planeamento central, foram criados segundo Solival Meneses (2000), quadro (4) níveis básicos de planificação económico: o nacional, o setorial, o provincial e as unidades de produção de certas instituições do governo (como hospitais e escolas). Nessa época (1977), mais de 85% das empresas já tinham sido colocadas sob comando do Estado angolano, na condição de Unidades Económicas Estatais (UEE). Também foram criadas grandes empresas estatais que atuam até nos dias de hoje, como a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL), que foi consequência da nacionalização da Angol (Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis, SARL), em 1976 (Sonangol, s.d.); os Transportes Aéreos de Angola (TAAG); a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (ENDIAMA), que consolidou-se como uma empresa estatal em 1981; a Televisão Pública de Angola (TPA), também produto da nacionalização da Radiotelevisão Portuguesa em 1976; a Empresa Nacional de Eletricidade (ENE), criada em 1980; o Banco Nacional de Angola (BNA), entre outras grandes empresas. Estas grandes empresas representavam supremacia na economia angolana das companhias públicas, que representavam cerca

de 60% da estrutura empresarial em 1984. Assim, as empresas privadas representavam cerca de 38,86% e as restantes eram empresas mistas (Filho & Chimbulo, 2014).

Tabela 2: Quantidade setorial de empresas públicas, privadas e mistas em 1984

Setores	Empresas Públicas	Empresas Privadas	Empresas Mistas	Total Setorial
Agricultura	65	14	0	79
Comércio Externo	9	18	0	27
Comércio Interno	48	50	1	99
Construção	24	12	4	40
Energia	5	3	1	9
Indústria	139	91	11	241
Pescas	21	15	1	37
Petróleo	2	10	0	12
Transportes	64	21	1	86
Outros	24	33	0	57
Total geral	401(58,37%)	267(38,86%)	19(2,77%)	687(100%)

Fonte: Filho & Chimbulo (2014)

Em 1988, o foi criado o plano de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), que sucedeu ao modelo de economia central, este plano que tinha o objetivo de sanear económica e financeiramente o país. Depois de Angola se tornar membro do FMI (em 1989), o plano passou a ser monitorado pelo Banco Nacional e o FMI, passando Angola a mostrar o novo rumo que a sua economia seguiria.

Resumindo, o modelo adotado (planeamento central) foi ineficiente, não pelas características que o modelo apresentava, mas sim por algumas condicionantes que dificultaram o modelo, e assim culminaram na sua ineficiência. Condicionantes como a guerra civil, a falta de gestores, a falta de quadros e a dependência do petróleo.

Os planos de curto prazo não funcionaram como era conjecturado, o que acabou pesando na economia no período de 1975 a 1988 (Rocha, 2009). Com isso, o governo transitou para uma economia de mercado, a luz de um receituário neoliberal, que se impunha no cenário económico mundial, principalmente nos países subdesenvolvidos da América Latina, África e Ásia.

Conseguimos ver na tabela abaixo a evolução do PIB no período da economia de planeamento central, que começou por ter um crescimento negativo (influenciado também pela guerra), e passou a ter um crescimento positivo a partir de 1983. O que mostra que o modelo usado apesar de não ter sido o mais eficiente, também teve os seus momentos altos refletidos na economia angolana.

Tabela 3: Dados do PIB de Angola de 1975 a 1988

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB per capita (dólares)
1975	3.131	-5	459
1976	2.995	-5,2	428
1977	23.276	0,7	456
1978	3.643	-5,3	493
1979	4.044	0,3	532
1980	5.415	2,4	689
1981	5.081	-4,4	625
1982	5.081	0	603
1983	5.281	4,2	604
1984	5.615	6	621
1985	6.852	3,5	734
1986	6.450	3,2	672
1987	7.420	7	754
1988	8.022	5,6	795

Fonte: Adaptado da ONU (2011)

4.3.2 Economia de mercado e neoliberalismo (1989-2001)

A economia transitou em 1989 para um novo modelo - a economia de mercado. Na verdade, tratava-se de um ajustamento na economia nacional às exigências da conjuntura internacional. Para além das ineficiências do modelo anterior na economia de Angola, a situação económica do país agravou-se mais com o enfraquecimento e a deterioração do bloco socialista pós-1990. O que fez com que o governo de Angola se aproximasse inevitavelmente dos países ocidentais capitalistas, onde acabou por achar um refúgio e algumas diretrizes à inflexão económica (Menezes, 2000).

Apesar de Angola não apresentar na época um sistema financeiro desenvolvido (não havia um mercado de capitais para por exemplo operar uma política de juros reais para atração de capitais externos, e a isso juntava-se um entrave político: a ausência de

democracia), ou pelo menos próximo ao que era exigido pelo sistema capitalista, o FMI tinha apenas um objetivo: garantir a eficiência económica e mudar o modelo económico praticado em Angola. Nisso, foram apresentados alguns pontos pelo congresso de Washington ao governo de Angola a partir dos anos 1989, como:

- a) A realização de uma ampla reforma fiscal e adoção de uma rígida disciplina fiscal, realizando ajustes periódicos;
- b) A prática de uma política monetária restritiva, visando à contenção da procura;
- c) A realização de um amplo programa de privatização
- d) A desregulamentação plena da economia- sobretudo em segmentos como o d telecomunicações, transportes, serviços públicos, etc.;
- e) A permissão a investimentos estrangeiros diretos (estabelecendo por exemplo, regras claras a remessa de lucros e desinvestimentos).

As características inerentes da economia de Angola, fizeram com que fossem impedidas a execução rigorosa dos pontos propostos, pois nem todas as medidas se ajustaram ao caso angolano. Contudo, o FMI conseguiu avançar com a sua agenda neoliberal.

A democratização do sistema político era um problema que devia ser imediatamente resolvido. Assim, as ideias do “consenso” permaneceram e as negociações para o acordo de paz de Bicesse, em 1991, que incluía também a exigência da realização de eleições gerais diretas, inclusive para a presidente da república.

Nesta nova fase, destaca-se a privatização de pequenas e médias empresas que pertenciam ao Estado angolano. Foram privatizadas 409 empresas, o equivalente a 1.533 unidades de produção, sendo que dessas o setor de indústria e das pescas foram os que mais tiveram empresas privatizadas, com 47% (53 empresas) e 21,4% (24 empresas) respetivamente.

Essa mudança fez com que o Estado transferisse para o setor privado no período entre 1990 e 2000, 29,5% do seu património, arrecadando 100 milhões de dólares (Angola, 2008).

Segundo Rocha (2007), a década de 1990 foi marcada por dois (2) grandes acontecimentos: a transição para uma economia de mercado e a adesão de Angola ao FMI. Junto a esses dois grandes acontecimentos, também existiram dois fatores

pungentes que explicam o fraco desempenho da década: a guerra civil e instabilidade política.

Podemos afirmar que os estragos causados pela guerra na estrutura económica e social são inquestionáveis. Relá (2005), apresenta três (3) pontos dos efeitos da guerra:

1. Do ponto de vista financeiro: que se constituiu num peso insuportável à economia, obrigando a desviar fundos para o pagamento de armamentos e munições. Fundos estes que poderiam ser claramente empregados em outras áreas da economia.
2. A destruição de grande parte das infraestruturas existentes e a perda de importantes unidades de produção. Trouxe também um grande desequilíbrio na distribuição da população, obrigando-as a sair do território angolano.
3. Obrigou diversos jovens a abandonarem os estudos (impedindo-os assim de criar possíveis condições de desenvolvimento nas suas áreas de formação) para se alinhar ao exército.

A tabela abaixo apresenta alguns indicadores da conjuntura económica no período de 1989 a 2000.

Tabela 4: Dados gerais (económicos) do período de transição para a economia de mercado (1989-2000)

Anos	PIB (milhões USD)	Crescimento do PIB (%)	PIB per capita (USD)	Saldo da CC (10 ⁶ USD)	Déficit Fiscal (% PIB)	Inflação (%)
1989	8.587	0,4	881,7	-128	-24,4	
1990	8.547	-0,4	852,8	-158	-12,1	
1991	8.797	1,0	847,5	-608	-15,9	275,7
1992	7.989	-5,8	743,2	-837	-26,5	495,8
1993	5.819	-24	522,7	-834	-16,6	1837,7
1994	4.292	1,3	372,2	-584	-25,1	971,9
1995	5.365	11,3	423,8	-451	-28,7	3.784,0
1996	6.535	11,7	502,3	-574	-14,5	1.651,3
1997	7.675	5,5	573,7	-978	-17,2	64,0
1998	6.449	0,0	468,5	-2.063	-10,0	134,8
1999	6.087	3,2	429,4	-1.764	-7,8	291,3
2000	8.869	3,1	607,4	637	-1,9	268,4
2001	8.936	3,1	608,0			152,5

Fonte: Filho & Chimbulo (2014).

Os dados acima mostram a conjuntura económica de Angola. O PIB decresceu em média -0,7% (s feita a média aritmética das variações anuais), a taxa de inflação foi de 967,5%. Verifica-se também que a conta corrente foi deficitária em praticamente

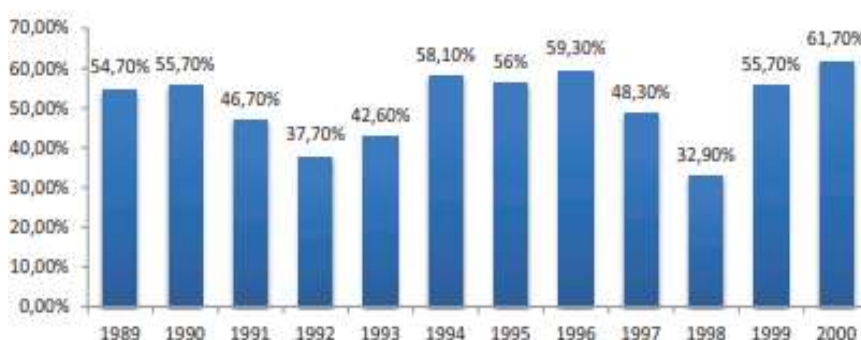
todo o período, assim como o aumento do déficit fiscal até a metade da década (Filho & Chimbulo, 2014).

O FMI certificou o estado crítico de Angola no seu relatório de 1997, e sabia que a transição para a economia de mercado havia falhado. A instituição reconhecia a grande dificuldade técnica do Estado em honrar os seus compromissos, e a falta de perspicuidade das entidades governamentais em algumas áreas crucias, como em certos ministérios, inclusive o próprio banco central (IMF, 1997).

Angola passava por uma crise económica estagnada, com a estrutura económica e social debilitada, pobreza extensiva e grandes tensões sociais (Filho & Chimbulo, 2014). A política fiscal ficou condicionada ao combate da inflação e a redução do déficit; a política monetária, condicionada a política fiscal e sem autonomia; a política cambial atendendo as recomendações neoliberais foi de desvalorização do câmbio, de modo a incentivar as exportações e assim garantir recursos para balancear as importações e equilibrar a balança de pagamentos - que foi deficitária durante a década, fazendo com que o país contraísse uma dívida junto aos principais credores internacionais (Rocha, 2009).

Concluindo, as políticas neoliberais aplicadas pelo FMI foram ineficientes, piores inclusive, já que em termos de crescimento económico o período de 1983-1988 foi claramente melhor (Rocha, 2009).

Figura 13: Peso do setor petrolífero no período de 1989 a 2000



Fonte: Ministério das Finanças (2008)

4.3.3 Maior Intervenção estatal na economia (2002-2012)

O período de 2002 foi marcado pela morte do líder do partido opositor (UNITA) em 22 de fevereiro, que era um dos principais responsáveis pela guerra civil. Após 2 meses da sua morte, foi estabelecida a paz a 4 de abril de 2002, e com isso a economia angola passou a apresentar sinais de retoma, após um longo período de guerra civil (que era um dos mais contundentes obstáculos ao crescimento económico de Angola).

Nesta altura, o mercado por si só não apresentava as condições adequadas para promover do crescimento económico, e assim, cabia ao Estado, por intermédio de intervenção na economia com a política económica intervencionista, revitalizar a economia (Abrantes, 2005).

O governo iniciou as suas atividades, afirmando o seu papel de indutor do crescimento económico, aplicando algumas políticas fiscais e monetárias expansionistas na economia. Com essas políticas em andamento, o quadro macroeconómico começava a apresentar sinais de melhoria. O PIB que manteve a taxa de crescimento em 3% desde 1999, atingiu 5 vezes mais que aquele valor em 2002, tendo atingido 15,3% de crescimento real (IMF, 2003).

A falta de financiamento externo apresentava ainda um empecilho na economia, o que fez com que o governo estabelecesse uma parceria com a China- com linha de crédito de 5 bilhões de dólares até 2008, e uma parceria com os bancos portugueses para cobrir os riscos de crédito a importação de bens e serviços de origem portuguesa (Minf, 2008). Com os principais obstáculos ultrapassados, o governo passa a criar estratégias rumo a uma estabilidade macroeconómica, social e política. Então foram tratadas linhas de futuro do desenvolvimento sustentável (Karim, 2005), a citar:

- A agenda nacional de consenso
- A estratégia de redução da pobreza
- A estratégia de desenvolvimento a longo prazo para Angola (2025)

O governo adotou o modelo Keynesiano (que defende a intervenção do Estado na economia), criando um programa de investimento público (PIP), com maior incidência nas áreas sociais e recuperação e criação de infraestruturas. O banco nacional decidiu orientar a política monetária de forma diferente da que se viu em 1990. Foi

aplicado um mecanismo de esterilização das receitas petrolíferas para garantir a estabilidade de preços, a política monetária deixou de financiar as despesas do Estado de maneira inflacionária, e passou a adotar a política de emissão de títulos de longo prazo para financiar os investimentos do governo (MINFIN, 2008).

A economia angolana crescia de forma expressiva, e um dos principais responsáveis foi o setor petrolífero. A realidade mudou aquando do início da crise financeira mundial que causou efeitos no produto interno bruto em 2009, desacelerando o seu crescimento como verificamos na tabela abaixo.

Tabela 5: Dados gerais (económicos) com o modelo intervencionista (2002-2012)

Anos	PIB (milhões de dólares)	Crescimento do PIB (%)	PIB per capita (dólares)	Inflação (%)	Desemprego (%)	Investimentos Públicos (taxa de crescimento)
2002	11.204	15,3	665	105,59	44,3	-
2003	13.956	3,3	848	76,56	42,3	37,6
2004	19.800	11,2	1.157	31,01	40,3	-8,5
2005	30.632	20,6	1.728	18,53	34,5	44,0
2006	45.168	18,3	2.489	12,21	32,3	250,9
2007	59.263	23,3	3.078	11,79	25,3	27,6
2008	77.280	13,6	4.206	13,17	23,9	71,7
2009	71.743	2,4	3.879	13,99	21,8	-21,2
2010	82.400	3,5	4.461	14,50	25,3	-14,8
2011	104.300	3,9	5.359	11,4	25,6	13,1
2012	112.700	5,2	5.732	9,0	23,0	12,4

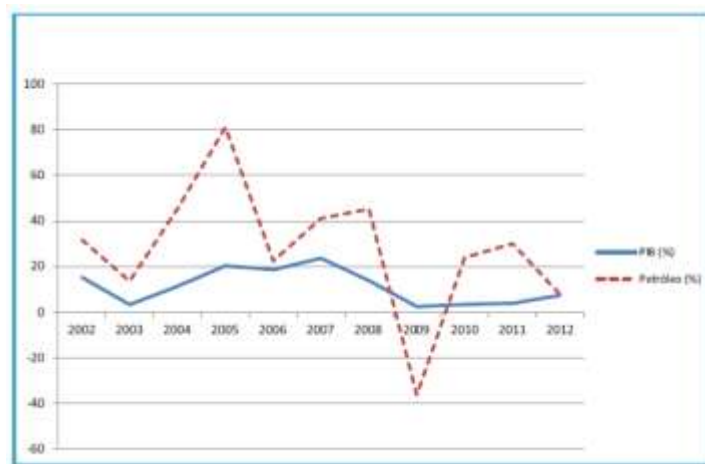
Fonte: Filho & Chimbulo (2014).

A crise que teve início nos EUA entre 2006 e 2007, se propagou rapidamente a nível mundial, causando efeitos devastadores na economia mundial. Um dos efeitos foi descida do preço do barril do petróleo, que era um dos principais recursos para a economia de Angola. Houve um aumento considerável na renda por habitantes, que foi 6 vezes mais do que os valores apresentados entre 2002 e 2003, enquanto reduzia a taxa de desemprego. Destacam-se também o crescimento dos investimentos públicos na economia, provando a intervenção do Estado e a desinflação que, mesmo com valores altos alcançou patamares baixos comparando com os da década anterior (Filho & Chimbulo, 2014).

O gráfico abaixo evidencia a forte relação e a dependência da economia angolana no setor petrolífero. Pois foi através das receitas petrolíferas que foi possível fazer com que a política monetária a cargo do banco nacional angolano levasse a diante

a estabilização de preços mediante ao mecanismo de esterilização ex-ante, que constituiu a compra de moeda local através das divisas arrecadadas (MINFIN, 2008).

Gráfico 2: Taxa de crescimento das exportações petrolíferas e PIB (2002-2012)



Fonte: Filho & Chimbulo (2014)

Tabela 6: Destino das Exportações de Petróleo Bruto: 2002-2012

DESTINO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
EUA	2741,00	3278,70	3906,90	6143,90	9403,02	10164,03	14382,27	7470,59	8808,82	10282,39	6024,35
CHINA	1321,00	1837,00	3711,40	5590,87	8996,81	11166,04	18337,02	15110,32	20820,01	24324,16	34159,96
COREIA	240,90	159,00	56,80	0,00	437,73	423,31	347,11	229,78	0,00	0,00	0,00
FRANÇA	546,00	472,40	641,80	1777,14	1033,94	2196,45	3108,52	2977,08	1804,87	2092,06	1134,73
TAILÂNDIA	162,00	244,00	0,00	87,68	113,53	57,53	0,00	0,00	0,00	0,00	120,96
TAIWAN	511,60	690,40	694,30	909,04	1558,12	1760,64	1558,16	1154,54	2316,35	5314,26	4215,20
ESPANHA	269,60	57,00	181,40	546,37	286,49	673,14	1606,96	681,42	887,56	614,40	1475,97
ÍNDIA	0,00	274,20	606,60	526,40	602,63	2340,87	2660,23	3680,03	4912,12	6879,60	6926,39
CHILE	27,90	67,10	406,60	1103,02	1070,32	685,56	1561,47	38,07	0,00	0,00	0,00
PAÍSES BAIXOS	49,10	79,10	17,80	97,05	122,00	1399,16	2370,11	1219,21	714,00	1538,01	974,70
CANADA	0,00	117,20	88,30	1364,34	1644,66	2479,63	3180,51	2129,29	2829,41	5584,62	3429,81
ITÁLIA	374,70	266,00	23,30	34,07	57,05	485,24	121,34	0,00	219,90	2385,58	1199,03
PORTUGAL	32,90	127,00	0,00	28,21	0,00	424,48	464,51	207,54	865,93	1518,67	1720,58
ÁFRICA DO SUL	74,80	37,00	165,00	340,08	543,10	1639,30	2503,38	1241,14	1521,54	1686,15	2874,53
SINGAPURA	71,00	74,00	0,00	105,36	0,00	0,00	0,00	0,00	129,46	0,00	93,81

Fonte: BNA (2021)

O modelo intervencionista foi mais eficiente do que o modelo adotado antes da década de 2000. Volto a frisar que o setor petrolífero teve grande importância na economia. Mas, a dependência da economia no setor também causou problemas própria economia, o que fez levar o governo a promover o desenvolvimento de outros setores não petrolíferos, como a agricultura e indústria transformadora.

4.3.4 A economia recente

Como mencionado nos parágrafos anteriores, desde o ano de 1973, pouco tempo antes de se alcançar a independência, o petróleo tinha se tornado a principal matéria de exportação (Sonangol, s.d.). Desde então, até a atualidade, as fontes das receitas têm sido provenientes (na sua maioria) do setor petrolífero. No ano de 2019, só o setor petrolífero representava 30% do PIB e mais de 95% das exportações angolanas (BP, 2020). Isso porque colocou-se uma crédula confiança de que, o petróleo por ser um mineral da qual se obtém vários outros materiais, e por ser uma fonte de energia, o preço do mesmo sempre estaria em alta. Isso sucede de previsões mal feitas, e da má distribuição dos outros setores em termos de contribuição no PIB.

A queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, nos meados de 2014, fez-se sentir duramente na economia de Angola que já vinha a recuperar dos efeitos marcantes da recessão económica mundial de 2008/2009, que condicionou o quadro macroeconómico nos anos seguintes. E, como consequência da queda do preço do petróleo sucedeu a desvalorização da moeda (kwanza) e o aumento da inflação (Banco de Portugal, 2016).

Em 2008, a economia apresentou um crescimento de 15%, um crescimento relativamente menor comparado aos anteriores que giravam em torno dos 20%. Esta variação ocorreu em detrimento do comportamento do setor energético (exploração de petróleo), do qual viu o seu crescimento do VAB regredir de 20,4% em 2007 para 11,9% em 2008 (BP, 2009). Apesar de ter apresentado um crescimento menor, nos meados e finais de 2008.

No ano de 2009, a economia continuou a desacelerar (o VAB caiu para 5,1%), devido a queda acentuada das receitas petrolíferas que levou as autoridades a introduzirem medidas de contenção das despesas. Angola celebrou nos finais de 2009 um programa de ajustamento macroeconómico (do tipo Stand-by-Agreement, SBA²) com o FMI, envolvendo USD 1.4 mil milhões ao longo de 27 meses. Nos anos seguintes (2010 e 2011) a economia ainda apresentava valores pouco consideráveis a nível do PIB.

² SBA é um instrumento de crédito concedido pelo FMI, usado pelos países de mercados emergentes e avançados.

A recuperação da economia tornou-se visível em 2012 e nos primeiros meses de 2013, onde constatou-se um crescimento económico, evidenciando uma ultrapassagem do choque de 2009 causado pela crise internacional.

Nos meados de 2014, o preço do petróleo voltou a cair, tendo voltado a afetar a economia angolana que dependente maioritariamente deste setor. A economia apresentou um crescimento de 4,4% um abrandamento de 2,4 pontos percentuais face ao ano de 2013. Em 2015 verificou-se uma aceleração da cedência inflatória, resultado da desvalorização cambial que resultou no aumento dos preços, interrompendo assim o processo de desinflação iniciado em 2009.

O quadro económico continuou desfavorável no ano de 2016, o preço do barril de petróleo continuava baixo (ao redor de 50 dólares). O produto apresentou um crescimento nulo; a taxa média de inflação chegou a 41,1%, sendo que no ano anterior a taxa de inflação alcançou os 14,3%; as contas públicas e externas apresentavam défices, as dificuldades de acesso as divisas provocaram o aumento de preço dos produtos importados e bens de serviços.

Em 2017 verificou-se uma subida do preço internacional do barril de petróleo, tendo levado a economia angola a apresentar ligeiros sinais de recuperação, no entanto, as finanças públicas continuaram a apresentar um saldo deficitário (-4,7% do PIB) que implicaram em um aumento sustentado da dívida pública. A inflação recuou para 26,3%, sendo que no ano anterior estava a volta dos 41,9% (o valor mais alto desde 2004) (BP, 2018)

O mesmo ano foi marcado pela tomada de posse do atual presidente e do seu atual governo, que apresentou um programa de estabilização macroeconómica³ em janeiro de 2018 e um plano de desenvolvimento nacional de 2018-2022⁴. O crescimento económico em 2018 foi negativo pelo terceiro ano consecutivo, fruto do desinvestimento e do decréscimo da produção no setor petrolífero. Apesar do crescimento negativo, a taxa de inflação homóloga apresentou valores mais baixos, saindo de 26,3% em 2017 para 18,6% em 2018 (BP, 2019).

³ Este programa visa a redução dos desequilíbrios orçamentais, o fortalecimento da sustentabilidade da dívida, o controlo da inflação, a implementação de um regime de câmbios flexíveis, a melhoria da estabilidade do setor financeiro e a implementação de um quadro regulamentar para a prevenção do branqueamento de capitais e o financiamento o terrorismo que permita a normalização de relações com os bancos correspondentes.

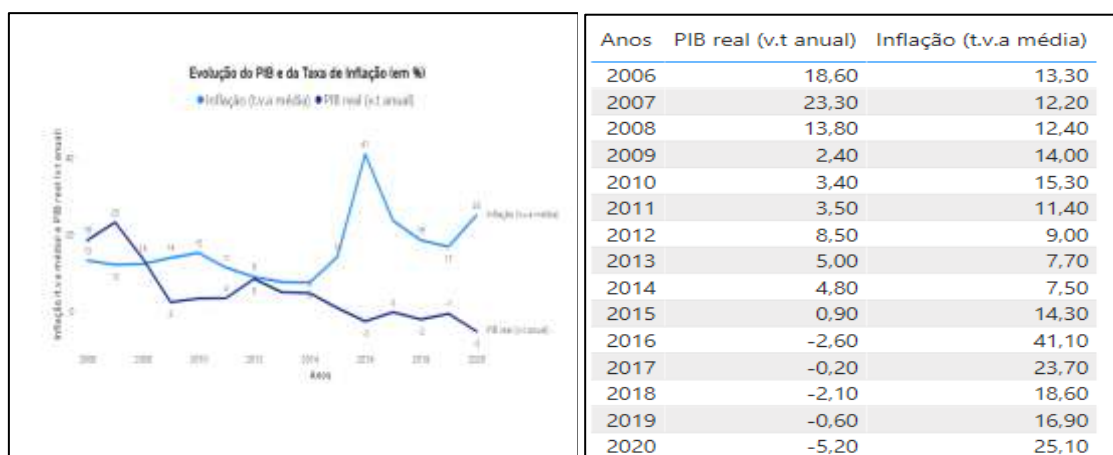
⁴ Visa estabelecer no período estabelecido (2018-2022) reformas estruturais para a diversificação da economia, a reforma do setor público, o desenvolvimento humano e o crescimento inclusivo.

Em 2019 o crescimento económico foi negativo pelo quarto ano consecutivo, fruto da queda da produção petrolífera, que se sobrepôs aos outros setores (por ser a principal fonte de receita, logo o setor de maior % no PIB). A taxa de inflação homóloga apresentou um valor mais baixo relativamente ao ano anterior (18,6% para 16,9%). Em outubro do mesmo ano adotou-se o regime de taxa de câmbios flexíveis e o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) que alterou a tendência da descida da taxa de inflação (BP,2020).

O ano 2020 foi marcado e surpreendido pela pandemia do Covid-19 que afetou as principais economias do mundo. Segundo o Global Economic Prospect (The World Bank, 2021) a economia mundial teve um crescimento negativo de -3.5%, mas prevê-se um crescimento de 5,6% no presente ano (2021).

Pelo quinto ano consecutivo o crescimento económico do país foi negativo, pelo que ficou ainda mais agravado com a crise sanitária, causada pela covid-19. O PIB apresentou um crescimento negativo (-4%) em 2020, e observou-se uma inversão da trajetória decrescente da inflação passando de 16,9% em 2019 para 25,1% em 2020. Este comportamento foi impulsionado por alguns fatores como: o choque negativo na oferta devido ao confinamento, forçado pelas medidas mitigadoras para a contenção da sua propagação no território nacional; pela implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre os produtos da cesta básica; pela subida de preços das commodities alimentares nos mercados internacionais (Banco Nacional de Angola, 2020).

Gráfico 3: Evolução do PIB e da Taxa de Inflação (em %)



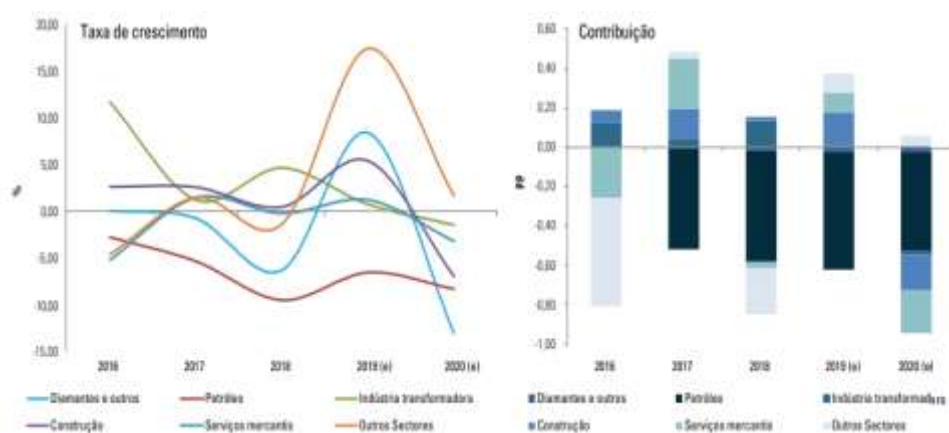
Fonte: Elaboração própria (compilação de dados obtidos do BP, 2021)

A previsão de crescimento para 2021 foi de 3,2%, porém os resultados preliminares do Fundo Monetário Internacional mostraram um crescimento de 0,1% em 2021, e para o presente ano (2022), o Estado angolano prevê um crescimento 2,4%. Este crescimento resulta da elaboração do Orçamento Geral do Estado de 2022 (OGE), que aponta um crescimento mundial de 4,9%, e com esse panorama a previsão de crescimento do PIB angolano aponta para 2,4% (Minfin, 2021).

A taxa de inflação apresentou um ligeiro crescimento de 0,2% em 2021 em relação a 2020 (que estava a volta dos 25,1%), estando a taxa a volta dos 25,7% em 2021 (BNA, 2022). Prevê-se uma diminuição gradual em 2022, a medida em que a inflação mundial abranda.

O setor petrolífero que teve um crescimento negativo em 2021, deverá crescer a volta de 1,6% e o setor não petrolífero 3,4% (FMI, 2021). Lembrando que o foco do governo angolano é diversificar a economia e reduzir a dependência do setor petrolífero.

Gráfico 4: Taxa de crescimento e contribuição por setores de atividade em Angola



Fonte: INE (2020)

Pretende-se uma rápida expansão das atividades não petrolíferas, e para isso é necessário a implementação de reformas para promover o investimento privado, de modos a estimular a produção nacional e gerar riqueza para o país. Neste sentido, foi aprovado pelo decreto Presidencial nº 169/18 de 20 de julho de 2020 o programa de apoio a produção, diversificação das exportações e substituição das importações – o PRODESI, que é um programa que visa acelerar a diversificação da economia da nacional e gerar riqueza nacional. Para isso, o programa prioriza o fomento da produção

e da exportação dos seguintes setores: alimentação e agroindústria, recursos minerais, petróleo e gás natural, florestal, têxteis, vestuário e calçado, construção e obras públicas, tecnologias de informação e telecomunicações, saúde, educação, formação e investigação científica, turismo e lazer (PRODESI, 2022).

4.4 Índice de Desenvolvimento Humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é um indicador importantíssimo para avaliar o grau de desenvolvimento de uma nação. O índice é analisado a partir de três critérios: a saúde, que se reflete numa vida longa e saudável, e é medida pela esperança média de vida; a educação - refletida no acesso ao conhecimento, e é calculado pelos anos médios de escolaridade da população adulta (o número médio de anos de educação recebidos durante a vida, por pessoas com idade igual ou superior aos 25 anos), e a expetativa de anos de aprendizagem para crianças na idade de iniciar a vida escolar (que é o numero total de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões vigentes de taxas de matriculas por idade permanecerem os mesmos ao longo da vida da criança); e por último, o rendimento que revela o padrão de vida, e é medido pelo rendimento nacional bruto per capita (RNB) que expressa o poder de paridade de compra (PPP).

Este índice mostra um contraponto a outro indicador, o PIB per capita, que calcula apenas a dimensão económica do desenvolvimento, avaliando apenas o bem-estar de uma sociedade pela renda que ela pode gerar. O IDH varia entre 0 e 1, e assim classifica os países com base no seu nível de progresso. Lideram o ranking países que têm os seus índices mais próximos a 1, estes possuem melhores condições socio económicas. Para melhor compreensão o índice é dividido em três categorias:

- Considerado elevado quando superior ou igual a 0,800;
- Considerado médio quando abrange valores entre 0,500 e 0,799;
- E considerado baixo quando o valor for inferior a 0,500.

Com recurso aos relatórios da PNUD, pôde-se ter acesso aos dados observados nos parágrafos que se seguem.

Angola possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,574, o que o coloca numa categoria de desenvolvimento humano médio, como vimos na descrição das três categorias, posicionando-se em 149 dos 189 países considerados no relatório. Este valor aumentou de 0,394 para 0,574, um aumento de 46% entre o ano de 2000 e 2018 respetivamente. Apesar de estar numa categoria de desenvolvimento médio, o valor do IDH considera-se baixo, estando abaixo da média de 0,634 para os países do grupo de desenvolvimento humano médio. O valor de 0,574 quando descontado ao valor da desigualdade, o IDH de Angola sofre uma perda de 31,8% devido as desigualdades nas componentes do desenvolvimento humano, incluindo os efeitos da desigualdade de rendimentos predominantes no país, apresentando um índice de desigualdade de 31,7% como podemos ver na tabela 7 (PNUD, 2019).

Tabela 7: índice de dimensão do IDH

	IHDI valor	Perda global (%)	Coefficiente de desigualdade humana (%)	Desigualdade na esperança de vida à nascença (%)	Desigualdade e na educação (%)	Desigualdade nos rendimentos (%)
Angola	0.392	31.8	31.7	32.0	34.3	28.9

Fonte: PNUD (2019)

Angola tem mostrado progressos desde os anos 1990 e 2018 (dados que são fornecidos nos relatórios do PNUD). A esperança à nascença aumentou em 15,5 anos, os anos médios de escolaridade aumentaram em 0,7 anos. A renda nacional bruta (RNB) per capita aumentou cerca em 32,4% entre os referidos anos, e o IDH vem aumentando desde o ano 2000, saindo da categoria de desenvolvimento baixo para desenvolvimento médio.

Tabela 8: Tendências de IDH de Angola baseadas em dados consistentes de serviços cronológicos e novos postos de objetivo

Anos	Esperança de vida a nascença	Anos previstos de escolaridade	Média dos anos de escolaridade	RNB per capita (2011 PP\$)	Valor do IDH	Posição
1990	45.3	3.4	x	4,139	x	x
1995	45.2	3.9	x	2,858	x	x
2000	46.5	5.1	4.4	3,092	0.394	157º

2005	50.2	7.2	4.4	4,516	0.453	162
2010	55.4	8.6	4.7	5,818	0.510	146
2015	59.4	11	5	6,440	0.565	149
2016	59.9	11.4	5.1	6,051	0.570	145
2017	60.4	11.8	5.1	5,950	0.576	147
2018	60.8	11.8	5.1	5,555	0.574	149

Fonte: PNUD (2019)

É importante avaliar também o Índice de Desenvolvimento de Género (IDG), que pormenoriza os elementos que constituem o IDH por géneros (feminino e masculino). O IDG mostra que o valor o IDH feminino é inferior ao valor do IDH masculino, revelando que há desigualdades de género, e essas desigualdades travam o desenvolvimento do país, pois os dados apresentados no último senso de 2014, mostravam que a população angolana era composta por 48% de habitantes do sexo masculino e outros 52% eram constituídos por habitantes do sexo feminino (INE, 2014).

Tabela 9: Índice desagregado por sexo

Razão F-M	Valores do IDH		Esperança média de vida		Anos previstos de escolaridade		Anos médios de escolaridade		RNB per capita	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Valor IDG										
0.902	0.546	0.605	63.7	58.1	11	12.7	4	6.4	4,720	6,407

Fonte: PNUD (2019)

A proposta do Orçamento geral do Estado estima uma despesa para a educação (desde o ensino pré-escolar ao ensino superior) de 1.241.805.185.028,00 AOA para 2022, que corresponde a 6,62% do OGE; e uma despesa de 923.474.854.402,00 AOA para a saúde, que corresponde a 4,93% do OGE (Minfin, 2021). Estes valores aplicados na educação e saúde são relativamente baixos quando comparados aos países

desenvolvidos, que segundo os dados da OMS, disponibilizam entre 11% e 19% do PIB para saúde.

Espera-se que os valores aplicados ao ensino e saúde possam aumentar com as novas diretrizes do governo para aumentar as receitas do País, e com isso, Angola aumente a sua classificação no ranking do PNUD.

Capítulo V - O caso do turismo em Angola

O turismo tem crescido de forma sustentada a nível internacional quer em termos do número de turistas quer em termos de receitas geradas. Contudo, Angola não tem acompanhado esta tendência, não sendo, pois, estranho que o peso do turismo no PIB do País seja bastante reduzido (menos de 1% em 2018). O atual contexto em que o país se encontra, obriga-nos a olhar para outros setores de forma diferente. Obriga-nos a olhar para o turismo de forma mais ambiciosa. Obriga-nos a fazer comparações do setor no nosso país com os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e tentar perceber onde falhamos.

5.1 Surgimento do turístico em Angola

O reconhecimento do potencial turístico de Angola já vem desde os tempos coloniais, mas o setor não foi alvo de destaque na época.

Em 1972 Angola já contava com 57 unidades hoteleiras, dos quais as províncias de Benguela (em particular o município do Lobito), Huambo, Huíla (em particular o município do Lubango) e Luanda cobriam 54,4% dos dispositivos hoteleiros, na qual dava um total de 3.934 camas, com a província de Luanda a possuir um grande número delas (1.140) (Angola C. G., Consulado Geral de Angola, 2021).

Pode-se dizer que o setor se constituiu no período de 1975-1988, no período caracterizado por um modelo de economia socialista com planeamento central. Mais de 90% das unidades hoteleiras e similares do País foram abandonadas pelos seus proprietários, fruto da saída dos portugueses do território angolano.

Com criação do primeiro Governo do Estado Angolano, na sequência da proclamação da independência a 11 de novembro de 1975, ocorreu a instituição da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo que, desde então, personificou a Administração Turística Angolana a par de outros setores de atividade socioeconómica (Consulado Geral de Angola, 2021). Em maio de 1977, o Governo promulgou o decreto nº. 42/77 que criou o Ministério do Comércio Interno (MINCI) e aprovou o Estatuto Orgânico, onde se insere a Direção Nacional do Turismo e Hotelaria. No ano seguinte (1978), iniciou-se o processo de criação de empresas hoteleiras de âmbito provincial (as Empreteias), que totalizou em 1983, 19 empresas do género.

Por intermédio do Decreto Executivo nº.42/81 de 19 de novembro do MINCI, os bares, cafés, casas de chá, cervejarias, restaurantes e estalagens foram alugados a privados, para cessão de exploração. Mesmo assim, a rede hoteleira continuou e degradar-se.

Em 1988 iniciaram-se os contactos com a OMT, em consequência do Programa de Saneamento Económico e Financeiro, e assim começou o despertar do turismo em Angola. No mesmo ano criou-se e a primeira empresa angolana de turismo, a Angotur, Lda. Iniciou-se então o processo de adesão de Angola na OMT, e em 1989, Angola finalmente adere a Organização Mundial do Turismo, no decorrer da 8ª Assembleia Geral da OMT, realizada em Paris.

A adesão de Angola a Organização Mundial do Turismo vantagens tangíveis e benefícios imediatos, aquando da implementação do “projeto reforço institucional do Estado Angolano no domínio do Turismo”, financiado pelo PNUD e executado pela OMT, constituindo-se nas seguintes ações:

- Reestruturação da Direção Nacional do Turismo;
- Criação de um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatística do turismo;
- Criação de um serviço estatístico informatizado na DINATUR;
- Elaboração de propostas de Legislação Turística;
- Capacidade dos quadros;
- Incentivo à criação de empresas e agências de viagens e turismo, assim como à construção de associações profissionais privadas do setor;
- O ordenamento e planeamento turístico;
- A formação dos quadros do setor;
- A promoção da imagem de Angola como potencial destino turístico;
- A contribuição para a proteção, preservação e valorização dos recursos naturais, socioculturais e tradicionais do País;
- O policiamento do desenvolvimento harmonioso e sustentável da atividade turística nacional, logrando sempre que os seus benefícios no desenvolvimento socioeconómico para a melhoria da qualidade de vida da população angolana;

O potencial turístico do país caracteriza-se pelas suas belas paisagens, os recursos culturais, parques nacionais, gastronomia, belas praias, o clima, etc. Sendo assim, o turismo um dos principais setores para o crescimento de Angola.

5.2. Importância do turismo e o papel das Entidades Públicas e Privadas na promoção e distribuição

A atividade turística num país com recursos próprios para exercer esta atividade, estimula de certeza a sua economia. Angola, particularmente, é um país que apresenta uma grande capacidade para o desenvolvimento do setor, ou seja, é um país propício para a execução desta atividade tão relevante para a economia. O turismo tem potencial para se impor como um setor de importância estratégica para a economia angolana, em virtude do potencial turístico do país e da capacidade de se gerar riqueza e emprego com o seu desenvolvimento.

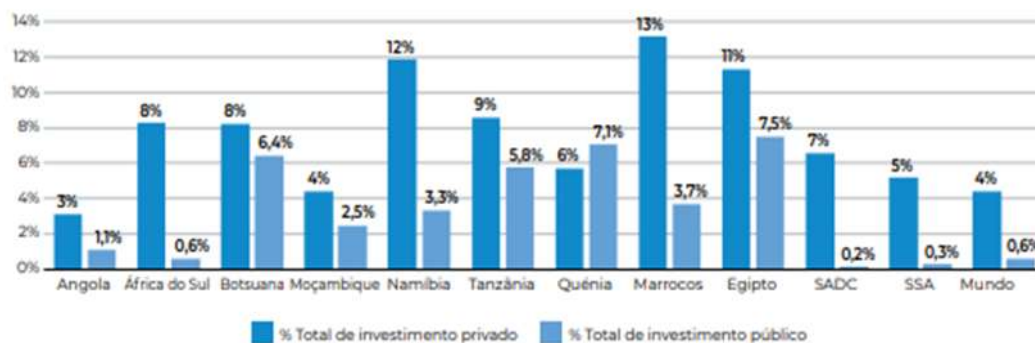
O turismo é uma atividade pouco destacada neste país. Mas, quando olhamos para a atividade nos países mais desenvolvidos, vemos o impacto que esta realmente tem na sociedade e na economia. O facto de vermos um país que alcançou a independência há 46 anos atrás sem progresso algum neste setor, suscita algumas dúvidas de como as autoridades estão a conduzir esta atividade. E perguntamos como de facto encaramos a importância e quais as oportunidades que estamos a perder.

“A necessidade de intervenção do Estado na atividade turística decorre, não só do elevado grau de fragmentação da indústria, o qual conduz a *sub-investimentos* na formação e incapacidade financeira para promoção externa, para além do comportamento free-Rider, potenciado pela natureza compósita do produto, mas essencialmente, por se considerar o turismo como uma atividade económica capaz de gerar emprego, captar receitas cambiais através da sua vertente internacional e de contribuir para o desenvolvimento regional de zonas pobres mas possuidoras de recursos turísticos” (Costa, Rita, & Águas, 2004). A verdade é que as atividades que carecem de maioríssimas despesas na sua construção/elaboração devem estar a cargo do executivo. Colocando isso de outra forma, o governo deve criar condições para que os agentes particulares/privados consigam movimentar o setor.

O avultado investimento necessário para qualificar a oferta turística força o governo a assumir um papel de catalisador do investimento no setor, promovendo-o através da simplificação da burocracia e criando incentivos fiscais, apoios financeiros e outros incentivos à iniciativa privada.

O peso do investimento público e privado é bastante reduzido. No entanto, havendo mútuo interesse entre as partes, tanto o setor público como o privado devem trabalhar na promoção para maiores benefícios, estando assim cargo do Governo (representado pelo Ministério do Turismo) definir estratégias de comunicação global, promover o turismo internacionalmente, apoiar e coordenar projetos em cooperação com diversas regiões, coordenar os postos de turismo. Fica cargo das entidades provinciais a promoção de cada uma das províncias internamente (contribuindo com meios de promoção a nível externo), criação de *merchandising* e gestão de postos de turismo. E o setor privado encarregue de participar em campanhas conjuntas a nível nacional e regional para fomentar a procura, e publicitação dos serviços prestados por cada agente (Angola P. D., 2011).

Figura 14: % de investimento público e investimento privado no Turismo (2017)



Fonte: MINTUR (2020)

O peso do investimento público e privado no turismo é visivelmente mais baixo comparando com outros países africanos e na SADC. Acredito que o investimento do setor privado seja pela pouca aderência dos turistas internacionais em Angola. Já o setor público falhou durante muito tempo por apenas priorizar as necessidades do setor petrolífero, sendo que havia e ainda há uma forte dependência da economia do país neste setor, não dando assim a devida importância às necessidades do setor turístico. O investimento privado no turismo apresenta entre 30% a 60% do observado nos países

pares e cerca de 50% do observado na SADC. Já o investimento público no turismo apresenta níveis baixos face aos seus pares, com exceção da África do Sul.

O plano diretor do turismo (2011) mencionou os principais recursos turísticos que estariam na base da expansão do turismo, mas atualmente o seu potencial aumentou consideravelmente, e já podemos ver mais recursos de suporte para os principais produtos turísticos. Os principais produtos passam pela potencialização das visitas aos principais pontos segundo o plano diretor de 2011, garantindo conforto aos viajantes. O plano cita 4 principais produtos com interesse turístico, como observamos na tabela abaixo:

Figura 15: Principais recursos com interesse turístico

TURISMO CULTURAL • Luanda; • M'Banza Congo; • Lubango; • N. Srª da Muxima, no Bengo.	SOL & MAR • Cabo Ledo no Bengo; • Ilha do Mussulo em Luanda; • Praias de Benguela/Lobito; • Praias do Namibe.
RECURSOS DE SUPORTE AOS PRINCIPAIS PRODUTOS TURÍSTICOS	
PRODUTOS COMPLEMENTARES • Não existem ainda produtos distintivos: - Oferta hoteleira diferenciadora; - Atividades turísticas prestadas de forma regular e profissional; - Atividades de fabrico de artesanato sólidas e devidamente estruturadas.	NATUREZA • Quedas de Kalandula, em Malanje; • Bacia do Okavango, no Kuando-Kubango; • Parque da Kissama, no Bengo.

Fonte: Plano diretor do turismo (2011)

Se as estratégias para o desenvolvimento do setor forem bem elaboradas e executadas com vigor, o seu crescimento poderá trazer muitos benefícios para Angola, uma vez que o setor é um verdadeiro impulsionador de desenvolvimento a nível mundial, poderá trazer para Angola:

- Crescimento económico;
- Criação de empregos;
- Desenvolvimento em todo país, mas, o mais importante, desenvolvimento nas zonas rurais;
- Valorização Cultural;
- Inclusão social;

- Redução da marginalidade;
- Descentralização da população na capital do país.

No quadro abaixo, podemos ver mais vantagens e desvantagens do turismo em Angola:

Tabela 10: Classificação e identificação dos efeitos económicos do turismo

Tipos de efeitos	Objetivos de política económica	Consequências/Efeitos
Globais	Estratégia de desenvolvimento	- Globais sobre a economia nacional. - Sobre a dependência externa. - Sobre a nova ordem económica.
Parciais	Crescimento dos setores produtivos (eficácia do sistema)	- Sobre a produção - Sobre o emprego
	Setor externo (estabilidade e equilíbrio do sistema)	- Balança de pagamentos - Taxas de câmbio - Relações reais de troca - Oferta monetária e velocidade de circulação de moeda
	Setor privado (graus de intervenção do Estado)	- Receitas públicas - Despesas públicas
	Estabilidade dos preços	- Inflação - Especulação dos solos
	Equidade dos sistemas	Distribuição de rendimento
	Ordenamento do território	- Desenvolvimento regional - Meio rural - Movimentos demográficos
Externos	- Utilização adequada e proteção dos recursos naturais e humanos	- Sobre o meio ambiente - Sobre a formação profissional
	Aspetos socioculturais	- Sobre os meios e atitudes de consumo - Sobre as alterações sociais e culturais

Fonte: WTO (2001)

O plano diretor do turismo estimava uma contribuição do setor para o PIB de 3,21%, contribuindo para o emprego com 3,99% em 2020. Mas, de 2010 a 2020

surgiram vários acontecimentos na economia de Angola, inclusive o início da pandemia da covid-19, e a realidade é que o setor continua a contribuir com menos de 1% para o PIB, piorando a sua situação em 2021 com as restrições impostas pelo Governo para impedir a propagação do vírus da covid-19.

Figura 16: Contribuição do turismo para o PIB e para o Emprego 2020



Fonte: Plano Diretor do Turismo (2011)

As características naturais, climáticas, históricas do país, e as tendências globais do turismo, serão uma grande oportunidade para Angola conseguir sobressair-se e captar turistas em novos segmentos de turismo (culturais, gastronómicos, de laser), podendo estar entre os 10 maiores países com entradas e saídas de turistas, logo é imprescindível a sua potencialização.

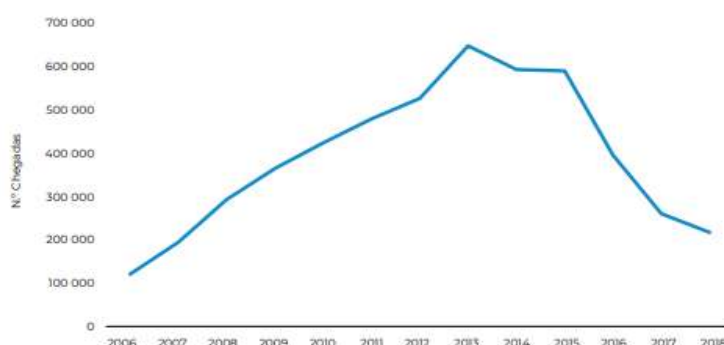
5.3. O desempenho do setor

Como mencionado nas páginas anteriores, o setor do turismo tem potencial e capacidade para se estabelecer como um setor de importância estratégica para a economia angolana, como resultado do potencial turístico do país e da sua capacidade de gerar riqueza com o seu desenvolvimento, basta quer sejam criadas as condições para o progresso do mesmo. Um artigo refere-se ao turismo como “o petróleo verde”, que precisará ser definido como aposta estratégica de diversificação da economia nacional.

Cunha (2003) refere-se a procura turística como um reflexo quantitativo da soma dos bens e serviços que os visitantes, residentes e não residentes adquirem num determinado momento da sua Viagem. O turismo internacional apresentou em 2013 um crescimento nunca antes visto em Angola, com um número de chegadas de 650.000. Neste ano a sua receita foi de 1.240.000.000,00 USD. Observamos no gráfico abaixo

uma diminuição da chegada de turistas depois de 2013, que se justifica pela da crise económica que o país estava a enfrentar, no entanto, as receitas arrecadas pelo turismo internacional aumentaram em 2014 mesmo com a quebra na chegada de turistas em Angola.

Gráfico 5: Evolução das chegadas de turistas internacionais em Angola



Fonte: World Bank (2020)

Em 2014 o setor apresentou a sua maior contribuição no produto interno bruto desde 1996, contribuindo com 1,1% do PIB. Neste ano, o número de turistas apresentou um valor comparativamente baixo em relação ao ano de 2013. Mas, ainda assim atingiu o maior número de receitas (1.600.000.000). Os gastos per capita têm aumentado nos últimos anos (ver na tabela 10) com exceção de 2015 e 2016, onde podemos verificar diminuições de gastos per capita face aos anos anteriores.

O turismo será considerado como um setor estratégico (em termos reais) quando o seu peso no PIB for superior a 3%, como afirmam alguns estudos internacionais (PRODESI, 2020).

Tabela 11: N° de turistas, receitas do turismo (milhões), gastos per capita e peso do turismo no PIB, em Angola

ANOS	N.º TURISTAS	RECEITAS (USD)	DO PIB	GASTOS PER CAPITA (USD)
1996	21.000	38.000.000	0,50	1.810
1997	45.000	24.000.000	0,31	533
1998	52.000	39.000.000	0,60	750
1999	45.000	31.000.000	0,50	689
2000	51.000	34.000.000	0,37	667
2001	67.000	35.000.000	0,39	522
2002	91.000	51.000.000	0,33	560
2003	107.000	63.000.000	0,35	589
2004	194.000	82.000.000	0,35	423
2005	210.000	103.000.000	0,28	490
2006	121.000	91.000.000	0,17	752
2007	195.000	236.000.000	0,36	1.210
2008	294.000	293.000.000	0,33	997
2009	366.000	554.000.000	0,79	1.514
2010	425.000	726.000.000	0,87	1.708
2011	481.000	653.000.000	0,58	1.358
2012	528.000	711.000.000	0,56	1.347
2013	650.000	1.240.000.000	0,91	1.909
2014	595.000	1.600.000.000	1,1	2.684
2015	592.000	1.170.000.000	1,0	1.978
2016	397.000	628.000.000	0,62	1.582
2017	261.000	884.000.000	0,72	3.387

Fonte: OMT (2019)

O turismo doméstico tem compensado de certa forma a ausência do turismo internacional que começou a decrescer consideravelmente em 2017. O segmento do turismo doméstico em 2017 foi de 70% segundo o relatório do PRODESI (2020) Nos anos seguintes este panorama não apresentou grande diferença.

Com as restrições impostas pelo Governo para impedir a propagação do vírus da covid-19, Angola experimentou uma nova dinâmica no turismo doméstico. Pois a população estava impedida de ultrapassar as fronteiras internacionais e com dificuldades de adquirir o visto de turista. Então, o país apresentou um número considerável de entradas e saídas interprovinciais.

O turismo doméstico teve maior incidência nas províncias de Benguela, Luanda, Cuanza Sul e Huíla, com aproximadamente 80% dos turistas. O total absoluto de turistas domésticos estava a volta dos 71.534.000, distribuídos entre as províncias da seguinte forma:

Tabela 12: Distribuição de turistas domésticos por região em Angola em 2018

Províncias	Nº de turistas	Percentagem de turistas domésticos
Bengo	6,5	1%
Benguela	145	20%
Bié	7	1%
Cabinda	21,7	3%
Cuando Cubango	5,1	1%
Cuanza Norte	7,3	1%
Cuanza Sul	89,5	13%
Cunene	6,4	1%
Huambo	23,5	3%
Huíla	84,5	12%
Luanda	238,7	33%
Luanda Sul	4,1	1%
Lunda Norte	89,5	13%
Malange	25,1	4%
Moxico	8,4	1%
Namibe	15,6	2%
Uíge	10,4	1%
Zaire	11,5	2%

Fonte: Mintur (2020)

A capacidade hoteleira está igualmente concentrada nas províncias de Benguela, Luanda e Huíla como vemos na figura abaixo.

Figura 17: Capacidade de alojamento do turismo em Angola

 CAPACIDADE HOTELEIRA	 CAPACIDADE DE QUARTOS	 CAPACIDADE DE CAMAS	 FUNCIONÁRIOS POR TIPO DE ALOJAMENTO
Angola, 2018	Angola, 2018	Angola, 2018	Angola, 2018
1.577 alojamentos no total	31.561 quartos no total	42.507 camas no total	30.929 funcionários no total
61% do total dos alojamentos situam-se em Luanda (41%), Benguela (10%) e Huíla (10%)	66% do total dos quartos situam-se em Luanda (47%), Benguela (10%) e Huíla (9%)	69% do total das camas situam-se em Luanda (41%), Benguela (19%) e Huíla (9%)	74% do total dos funcionários em Luanda (62%), Benguela (6%) e Huíla (6%)
89% do total dos alojamentos são hospedarias (42%), pensões (32%) e hotéis (15%)	42% do total dos quartos estão em hotéis , 22% em pensões e 20% em hospedarias	42% do total de camas estão em hotéis , 22% em pensões e 20% em hospedarias	55% do total de funcionários trabalham em hotéis , 17% em pensões e 17% em hospedarias

Fonte: Mintur (2020)

O crescimento do turismo doméstico tem criado uma massa relevante para o sector, contribuindo para o desenvolvimento da oferta turística.

Em 2018, turistas portugueses constituíram 25% das chegadas internacionais em Angola. No ano a seguir, essa percentagem aumentou para 27%. Em relação à origem de outros turistas chegados a Angola, verificou-se um potencial de diversificação de outros países.

Figura 18: Chegadas de turistas internacionais em 2018 e 2019



Fonte: PRODESI (2020)

As chegadas de turistas de várias partes do mundo para Angola, quer seja para turismo de negócio ou de lazer, mostra que existem várias oportunidades para potencializar o crescimento deste setor crescer.

5.4. Dados económicos de comparação

Para melhor compreensão do desempenho do turismo na economia angolana, é feita uma comparação dos resultados gerados pelo setor turístico com o setor petrolífero, análise das exportações, a taxa de crescimento do setor, entre outros indicadores económicos.

A tabela abaixo confirma que no período entre 2008 e 2017, o peso do turismo nas exportações de Angola mostrou um crescimento notável, isto deve-se fundamentalmente a diminuição das exportações de outros sectores produtivos da economia angolana.

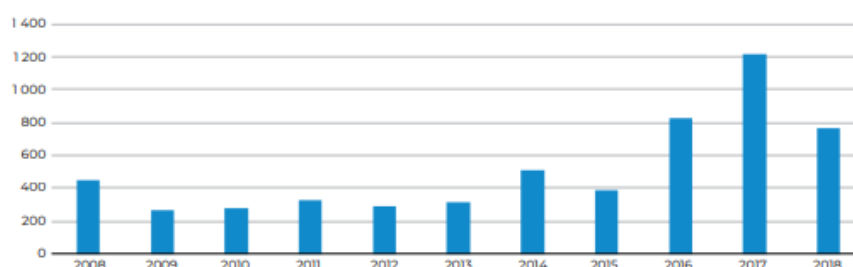
Tabela 12: Peso do turismo nas exportações

ANOS	GASTOS (USD)	% DAS EXPORTAÇÕES	ANOS	GASTOS (USD)	% DAS EXPORTAÇÕES
2008	293.000.000	0,46	2017	884.000.000	2,48
2007	236.000.000	0,53	2016	628.000.000	2,22
2006	91.000.000	0,27	2015	1.171.000.000	3,40
2005	103.000.000	0,42	2014	1.597.000.000	2,62
2004	82.000.000	0,59	2013	1.241.000.000	1,78
2003	63.000.000	0,65	2012	711.000.000	0,99
2002	51.000.000	0,60	2011	653.000.000	0,96
2001	35.000.000	0,52	2010	726.000.000	1,41
2000	34.000.000	0,42	2009	554.000.000	1,34

Fonte: World Bank (2020)

As despesas do turismo em Angola têm oscilado nos últimos anos, verificando-se um decréscimo em 2018 como observamos na figura 19.

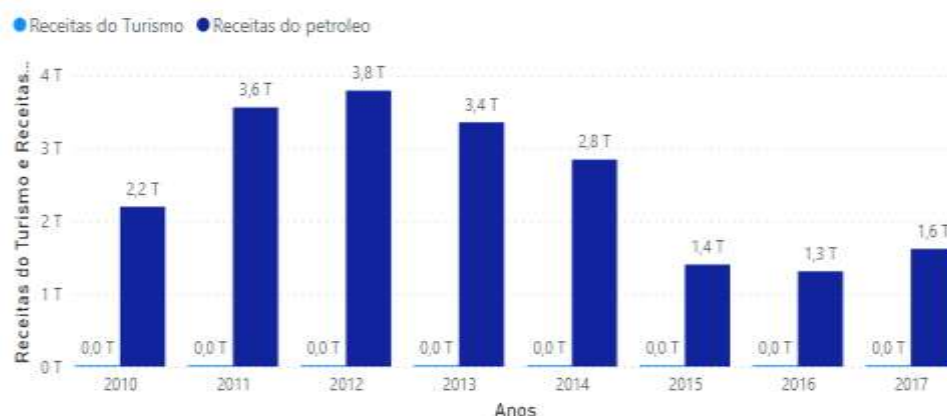
Figura 19: Despesas do Turismo em Angola (valores em milhões de USD)



Fonte: World Bank (2019)

As receitas turísticas quando comparadas as receitas provenientes do setor petrolífero são praticamente minúsculas, uma justificativa para isso, é que a exploração dos recursos petrolíferos é feita em Angola desde antes da independência, e deste recurso é extraído outros que tem grande valor no mercado. Note-se que cada barril de petróleo Brent pode custar até 100 USD ou mais, então Angola fazendo parte da organização de países exportadores de petróleo que em 2010 (OPEP) gera receita 10 vezes maior ao do setor turístico, que comparado aos outros setores não petrolíferos tem pouco destaque.

Figura 20: Comparação das receitas geradas pelo setor petrolífero e o setor turístico entre 2010 e 2017



Fonte: BNA (2022)

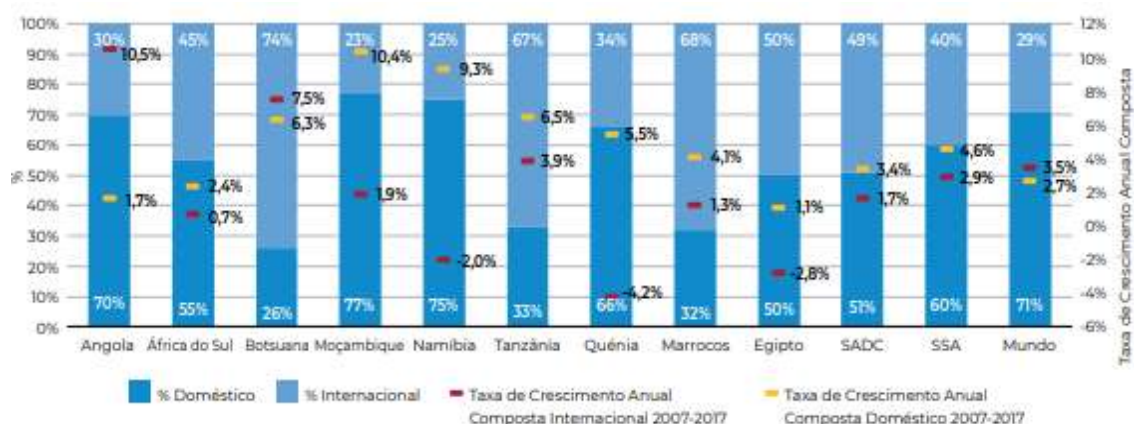
Tabela 14: Receitas geradas pelo setor turístico e pelo setor petrolífero em milhões de USD

Anos	Receitas do Turismo	Receitas do petróleo
2010	726000000	2194776418994
2011	653000000	3557514402272
2012	771000000	3789391185952
2013	1240000000	3353613080858
2014	1600000000	2842444463462
2015	1170000000	1401141734405
2016	628000000	1308255047088
2017	8840000002	1615728233132

Fonte: BNA (2022)

O turismo doméstico detém um grande peso em Angola, o que faz com que ele esteja em linha com a média mundial. A contribuição do seguimento do turismo doméstico é de 70%, que é maior que todos os países e regiões de comparação, exceto Moçambique e Namíbia, com 77% e 75% respetivamente. A taxa anual de crescimento para o seguimento internacional é de 10,5%, sendo a mais alta dos países de comparação, como vemos na figura abaixo.

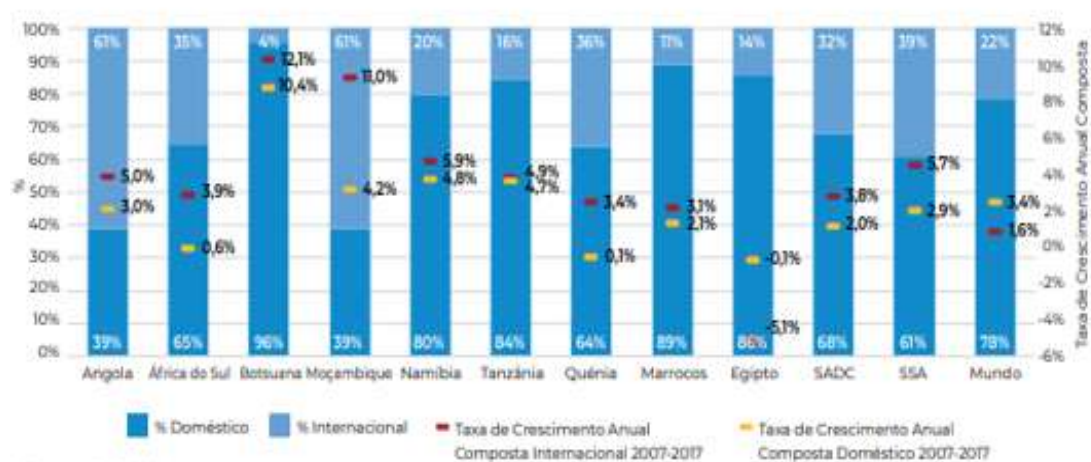
Figura 21: Comparação do valor direto real por proveniência de turismo em 2017



Fonte: Mintur, 2020

O segmento do turismo de negócios apresenta o maior peso em Angola (61%), diferente dos outros países que têm o lazer a representar cerca de 70% do turismo.

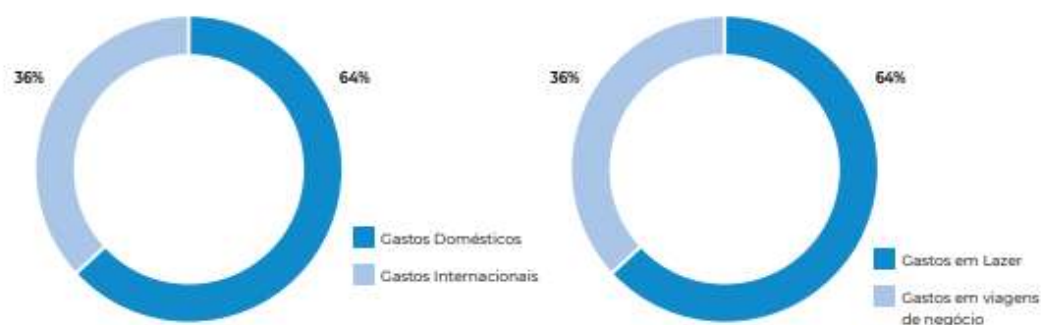
Figura 22: Tipo de Turismo em Angola e outros países africanos em 2017



Fonte: Mintur (2020)

Os gastos com turistas domésticos apresentaram uma diminuição no ano pré pandemia (2019) face a 2017. Os gastos internos são superiores aos internacionais, devido a força que o turismo interno tem no setor, apresentando um grande potencial do mercado interno enquanto dinamizador do turismo em Angola. Por outro lado, 64% dos gastos dos turistas são feitos no segmento do lazer, e os restantes 36% no segmento do turismo de negócios.

Figura 23: Tipos de gastos turísticos em Angola em 2019



Fonte: WTTC (2019)

5.5. Descrição dos dados obtidos no questionário

Para recolha de informações sobre a visão do turismo doméstico em Angola, foi elaborado um questionário, enviado via online para cerca de 400 pessoas, com o objetivo de perceber como os turistas nacionais avaliam o turismo e quais as principais limitações para o desenvolvimento do mesmo.

A recolha de informação foi realizada entre 24 de janeiro a 25 de fevereiro de 2022, sendo o questionário formado por 17 perguntas abertas e fechadas, com respostas de carácter obrigatório.

Foram obtidas 134 respostas válidas, das quais 68 foram respondidas por pessoas do género masculino e 66 do género feminino, como verificamos abaixo:

Tabela 15: Género dos inquiridos

Género	Nº de respostas	Percentagem
Masculino	68	50,7%
Feminino	66	49,9%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

A idade mínima definida para preencher o questionário foi de 18 anos, sendo que não foi definida uma idade máxima para o mesmo.

Tabela 16: Idade dos inquiridos

Idade	Nº de respostas	Percentagem
18 a 25 anos	52	38,8%
26 a 34 anos	58	43,3%
> 35 anos	24	17,9%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

Os dados mostram que 48% (65) dos inquiridos trabalham por conta de outrem, e os restantes estão divididos da seguinte forma:

- Estudantes correspondem a 32,1% (43) dos inquiridos;
- Trabalhadores independentes correspondem a 15,7% (21) dos inquiridos;
- Reformados correspondem a 0,7% (1) dos inquiridos;
- Desempregados correspondem a 3% (4) dos inquiridos.

Segundo esta pequena amostra, 66,4% (89) dos viajantes são solteiros, 29,1% (39) são casados, 3% (4) vivem em união de facto e os restantes 1,5% (2) são divorciados. Maior parte dos inquiridos têm a licenciatura concluída, e isso corresponde a 66,9% (87) da amostra, os estudantes do ensino médio correspondem a 17,9% o que representa 24 inquiridos, e os restantes estão distribuídos em 16,4% que possuem o mestrado e 0,7% possui um doutoramento, representando 23 inquiridos.

Os viajantes costumam ir para os seus destinos turísticos sozinhos (45,5%), com a família (29,8%), amigos (19,4%) e os seus respetivos cônjuges (5,2%). O meio de transporte mais usual para locomoção de um destino para o outro são os autocarros, em seguida os carros próprios, os aviões e os comboios.

Os inquiridos mostram não viajar muitas vezes por ano, é mais habitual a prática de viajar 1 vez por ano ou mais. Os dados abaixo mostram a quantidade de vezes que os inquiridos viajam e quanto gastam em média nas suas viagens.

Tabela 17: N° de viagens durante por ano

N° de viagens por ano	N° de respostas	Percentagem
<1 vez por ano	48	35,8%
1 vez por ano	33	24,6%
2-3 vezes por ano	30	22,4%
> 3 vezes por ano	23	17,2%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

Tabela 18: Gastos com a viagem

Gastos com viagens	N° de respostas	Percentagem
< 30.000,00 AOA	23	17%
50.000,00 – 100.000,00 AOA	54	40,3%
150.000,00 – 200.000,00 AOA	37	27,6%
> 300.000,00 AOA	20	14,9%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

Os gastos com a hospedagem também são relativamente pequenos para um grupo de turistas, já que esses optam por hospedar-se em casas de familiares, o que é uma prática comum em Angola. Os gastos com hospedagem estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 19: Gastos com hospedagem

Gastos com hospedagem	N° de respostas	Percentagem
< 30.000,00 AOA	66	49,3%
50.000,00 – 100.000,00 AOA	46	34,3%
150.000,00 – 200.000,00 AOA	18	13,4%
> 300.000,00 AOA	4	3%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

Quando os turistas não se hospedam em casas de família (que corresponde a 52,2% das hospedagens), distribuem-se nos seguintes alojamentos:

Tabela 20: Hospedagem

Hospedagem	Nº de respostas	Percentagem
Resort	13	9,7%
Pensão	6	4,5%
Hotel	32	23,9%
Casa de família	70	52,2%
Outro	13	9,7%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

As procuras pelos destinos turísticos giram em torno dos interesses pessoais de cada indivíduo. Os inquiridos avaliaram os seus interesses da seguinte forma:

Tabela 21: Interesse pelos lugares turísticos

Interesse	Nº de respostas	Percentagem
Interesse pela natureza	43	32,1%
Interesse pelas cidades	31	23,1%
Interesse pela gastronomia	4	3%
Interesse pelas praias	18	13,4%
Interesse pela cultura	13	9,7%
Outro	25	18,7%
Total	134	100%

Fonte: elaboração própria

Esses interesses foram classificados através de uma escala de 1 a 10, em que 1 corresponde a pouco interesse e 10 corresponde um interesse mais elevado. Sendo assim, 7 (5,2%) inquiridos classificaram os seus interesses de forma “pouco interessante” e os restantes 127 avaliam o seu interesse como “muito interessante”.

O potencial turístico de Angola foi avaliado em critérios qualitativos como: bom, muito bom, mau e muito mau. Como mostra a realidade, o potencial turístico foi avaliado por maior parte dos inquiridos como sendo muito bom e bom, apresentado as seguintes percentagens: muito bom (43,3%), bom (41,8%), mau (10,4%) e muito mau (4,5%).

Os principais destinos turísticos escolhidos pelos inquiridos são:

Tabela 22: Principais destinos turísticos

Principais destinos turísticos	Atratividades
Luanda	Ilha do mussulo, cabo ledó, parque nacional da quiçama, miradouro da lua
Benguela	Belas praias (caotinha, praia de Sto. António, praia morena, baía azul)
Huíla	Serra da leba, Cristo rei, fenda da tundavala, serra da chela, nossa senhora do monte.
Namibe	Deserto do Namibe, welwitschia mirabilis, Belas praias, parque nacional do lona.
Malanje	Quedas de kalandula
Cuanza sul	Cachoeira da benga, rio longa, grutas da sassa
Huambo	Morro do moco
Zaire	Mbaza Congo

Fonte: elaboração própria

A província do Namibe foi a escolhida pelos inquiridos para ser a capital turística de Angola. Para além das atrações mencionadas na tabela acima, a província possui outras atrações que certamente ajudarão a província a desenvolver em todos os sentidos.

As principais limitações observadas pelos inquiridos foram: o estado estradas (que em algumas regiões encontram-se totalmente devastadas); os preços, que se podem justificar pela inflação vista no país atualmente; a insegurança e os voos interprovinciais.

É de notar que as respostas ao presente questionário se aproximaram da realidade vista em relatórios apresentados pelo Ministério do Turismo.

Conclusão

Como referido anteriormente, o presente trabalho teve como ponto de partida a realidade e a compreensão da situação económica de Angola cuja economia tem assentado nos ganhos registados com o setor petrolífero. Efetivamente, estas receitas têm representado a maior contribuição para o PIB. No entanto, devido às vicissitudes ocorridas internacionalmente com o preço do crude a enorme dependência de Angola deste recurso, torna-se vital apostar em alternativas e diversificar a economia.

Neste sentido, esta dissertação pretende analisar a importância que o desenvolvimento do turismo poderá ter nesta economia, e analisar o desempenho do setor em Angola – que, se tudo for bem pensado, poderá vir a ser o maior criador de riqueza a longo prazo.

Para a elaboração do trabalho recorreu-se a uma metodologia qualitativa, com recurso relatórios técnicos, artigos, dissertações, etc. Esta revisão bibliográfica foi complementada com a aplicação de um questionário a pessoas locais, como instrumento de observação. Foi possível chegar-se a uma amostra válida de 134 respostas e, desta forma, obter dados reais para avaliação, dando maior consistência ao trabalho, e confirmando determinados dados que haviam sido publicados em alguns relatórios. Finalmente, é importante destacar que o questionário permitiu perceber a visão que dos turistas nacionais sobre o setor e como eles avaliam a potencialidade desse setor.

As tendências globais do turismo (excluindo naturalmente a fase do COVID) geram uma grande oportunidade para o país. O turismo doméstico em Angola tem apresentado avanços consideráveis nos últimos anos, tendo o crescimento do mesmo e o crescimento do setor a nível mundial impulsionado o Governo angolano a colocá-lo no plano de diversificação da economia angolana.

A redução das chegadas internacionais tem sido sucessiva desde 2017, cenário que veio piorar desde o início da pandemia da covid-19. Porém, a ausência de turistas internacionais tem sido compensada pelo turismo interno, que representa atualmente cerca de 70% do setor, uma realidade diferente de muitos outros países africanos, como acontece por exemplo com a África do Sul e o Botswana.

Conforme discutido anteriormente, caso se implemente o plano de desenvolvimento do setor, em linha com o pensamento das 5 etapas do desenvolvimento de Rostow, o setor poderá crescer de forma gradual internamente, tendo como principal

alvo numa primeira fase a sociedade tradicional, fazendo com que os próprios turistas nacionais possam gerar riqueza e impulsionar o desenvolvimento e o crescimento económico em Angola, de forma que ainda no curto prazo, esse desenvolvimento atraia turistas internacionais. A integração de Angola na SADC permite-lhe ampliar o seu foco de turistas entre os Estados-Membros.

Por outras palavras, tendo em atenção a situação de crise pandémica e a contração do turismo internacional, advogamos uma estratégia de desenvolvimento turístico em dois momentos: numa primeira fase uma aposta clara no mercado interno e assim que o mercado abrir, caso Angola tenha os recursos para responder às solicitações dos turistas internacionais, então apostar claramente neste mercado.

Verificou-se que neste momento, as receitas geradas pelo turismo ainda não conseguem dar respostas positivas como se espera do setor pois a sua contribuição para PIB é bastante reduzida (menos de 1%), até quando comparadas a outros setores não petrolíferos.

Como apontado no trabalho, as debilidades do setor são facilmente perceptíveis e quantificáveis: por exemplo, o investimento público do setor em 2017 foi inferior a 2%, tendo tido o setor privado apenas 3%, o que significa que Angola se encontra abaixo da média de países como a África do Sul e Namíbia em que no mesmo ano, o setor privado destes países representou 8% e 12%, respetivamente.

A análise do questionário aos turistas, possibilitou perceber diversos aspetos interessantes. Desde logo, que as debilidades do turismo angolano estão ligadas a questões como insegurança, dificuldades no acesso dos locais turísticos e preços (este último pode afetar bastante a procura pelos produtos turísticos).

Há a convicção de que os recursos naturais que o país possui, se forem bem aproveitados podem gerar um significativo crescimento económico e proporcionar a criação de empregos.

Em termos governamentais, não podemos deixar de referir que os próximos passos enunciados no programa Governamental – PRODESI, devem ser em torno da divulgação da imagem de Angola, para que se crie estímulos dos movimentos turísticos (os movimentos turísticos ajudam na dinamização de outros setores, como a agricultura, a título de exemplo), permitindo assim que os seus objetivos iniciais de diminuir a dependência da importação e aumentar as exportações seja uma realidade por via dos setores que o programa abrange.

Deste forma, para concluir, podemos referir que embora neste momento o turismo não esteja a atingir um volume de pessoas e de receitas que possa já competir com as receitas geradas pelo setor petrolífero, não há dúvidas de que o seu potencial direto e indireto na economia e na sociedade é de tal forma notável que o Governo através do referido programa PRODESI o elegeu como uma alternativa de diversificação da economia e uma forma de não se depender tanto do petróleo como tem acontecido.

Não há dúvidas de que o País tem todos os recursos para o estímulo desta atividade, embora muitos deles ainda necessitem de serem mais desenvolvidos ou reorganizados. Todavia, esta situação acaba por ser uma vantagem, pois Angola dispõe da possibilidade de criar uma estratégia de desenvolvimento turística de raiz, bem pensada e virada para procurar uma verdadeira diversificação da economia, da sociedade e do ambiente.

Finalmente, no que toca às linhas de investigação futura, esta dissertação levanta pistas que poderão ajudar à discussão e ao aprofundamento da estratégia de desenvolvimento do turismo que será mais apropriada para o País. Seria então muito importante analisar que tipos de produtos turísticos podem ser implementados em cada Província, como é que cada Província poderá rentabilizar os efeitos destes fluxos turísticos a nível de reordenamento do território, redução das assimetrias regionais, diminuição dos focos de pobreza, aumento do nível de emprego entre vários outros efeitos.

Outra linha de investigação complementar daqui recorrente, poderá ser a avaliação dos efeitos do turismo em termos do aumento das receitas fiscais do Governo e a sua utilização nos Orçamentos do Estado.

Referências

- Abrantes, J. M. (2005). *Angola em Paz: Novos Desafios*. Luanda: Edições Maianga.
- Angola, C. G. (2014). *Consulado Geral de Angola*. Obtido de Consulado Geral da República de Angola no Porto.
- Angola, C. G. (2021). *Consulado Geral de Angola*. Obtido de <http://www.consuladogeralangola-porto.pt/pt/informacao-geral>
- Angola, P. D. (2011). *Plano Director do Turismo de Angola*. Luanda, Angola. Obtido em 27 de Dezembro de 2020, de <https://fdocumentos.tips/reader/full/plano-director-do-turismo-de-angola>
- Banco de Portugal [BP] (2020). *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2019-2020*. Obtido em 27 de Dezembro de 2020, de WWW.bportugal.pt
- Banco de Portugal [BP] (2016). *Evolução das economias dos Palop e de Timor-Leste 2015_2016*. Obtido de www.bportugal.pt
- Banco de Portugal [BP] (2021). *Evolução das economias dos Palop e de Timor-Leste 2020_2021*. Portugal: Banco de Portugal. Obtido de www.bportugal.pt
- Banco Nacional de Angola [BNA] (2020). *Relatório anual e contas*. Obtido de www.bna.ao
- Banco Nacional de Angola [BNA] (2021). *Relatório anual e contas*. Obtido de Banco Nacional de Angola: www.bna.ao
- Barretto, M. (1995). *Manual de iniciação ao estudo do turismo* (20 ed.). Papirus Editora.
- Beni, M. C. (2002). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC.
- Beni, M. C. (2019). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: Editora SENAC.
- Berg, B. L., & Lune, H. (2012). *Qualitative research for the social sciences* (8th ed.). Pearson Education.
- BP [Banco de Portugal] (Agosto de 2009). *Evolução das economias dos Palop e Timor Leste 2009*. Obtido de WWW.bportugal.pt
- Cabugueira, A. (2005). A importância económica do turismo, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, II(2), pp. 97-104.
- Cohen, L., Manion, L., & Morrison, K. (2011). *Research methods in education* (7th ed.). London: Routledge.
- Cooper C, Fletcher J, Gilbert D, Wanhill S (1993). *Tourism: principles and practice* (5 ed.). Harlow, England : Prentice Hall Financial Times, 2008.
- Correia, R. (Outubro de 2019). *A percepção dos consumidores hoteleiros portugueses acerca da ISO 9001 no Setor Hoteleiro*. Estoril. Obtido em 02 de janeiro de 2021
- Costa, J., Rita, P., & Águas, P. (2004). *Tendências Internacionais em Turismo* (2 ed.). Rua Estefânia, 183 r/c Dti. - 1049-057 Lisboa: Lidel-edições técnicas, lda.

- Coutinho, C. P. (25 de Janeiro de 2008). A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: as questões relativas à fidelidade e validade. *Issues of validity and reliability in qualitative research*, 12(1), p. 15. Obtido em 20 de Janeiro de 2021
- Creswell, J. W. (1994). *Research design: Qualitative & quantitative & approaches*. Amazon.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2002). *The qualitative inquiry reader*. London: Sage Publications.
- Denzin, N. K. (1989). *Interpretive interactionism*. Newbury Park, CA: Sage.
- Eduardo, J. (2017). *História e evolução do sistema político de Angola*. Portal de Angola.
- Ekanayake EM, Long AE (2012) Tourism development and economic growth in developing countries. *International Journal of Business Finance Research*, 6(1):61–63
- Fernandes, I. P., & Coelho, M. F. (2002). Economia do Turismo. Em I. P. Fernandes, & M. F. Coelho, *Economia do Turismo* (pp. 3-17). Rio de Janeiro: RioTexto.
- Filho, A. G., & Chimbulo, A. E. (Dezembro de 2014). Revista de desenvolvimento económico. *Política económica de Angola de 1975 à 2012: a trajetória da mudança de modelos*, 16(29), pp. 14-22.
- Filho, Alcides Goullarte; Chimbulo, Avelino Euclides. (Dezembro de 2014). Política económica de Angola de 1975 à 2012: A trajetória da mudança de modelos. *Política económica de Angola de 1975 à 2012: A trajetória da mudança de modelos*, 16(29), pp. 92-114.
- Flick, U. (2011). *Introducing research methodology: A beginner's guide to doing a research project*. London: SAGE Publications Ltd.
- Global Sustainable Tourism Council (2021). Certified sustainable destinations. <https://www.gstcouncil.org/certified-sustainable-destinations/>
- Harry, B., & Lipsky, M. (2014). Qualitative Research on Special Education Teacher Preparation. In M. McCray, T. Brownell, & B. Lignugaris/Kraft (Eds.), *Handbook of research on special education teacher preparation* (pp. 445-460).
- ICAO. (2020). *Estatísticas globais de tráfego aéreo (dados de anos históricos)*. Obtido de Organização Internacional de Aviação Civil: <https://data.icao.int/icads/Product/View/2>
- Importância do turismo na economia dos países. (2019). Obtido em 28 de janeiro de 2021, de <http://planeamentoterritorial.blogspot.com/2019/03/importancia-do-turismo-na-economia-dos.html>
- Karim, Osmar da Silva (2005). As etapas históricas e o potencial da economia angolana. In: Abrantes, José Mena. *Angola em paz: Novos desafios*. Luanda: Edições Maianga.
- Klein, H. K., & Myers, M. D. (1999). A set of principles for conducting and evaluating interpretive field studies in information. *MIS Quarterly*, 23 (1), 67-93.
- Lanka, E., Lanka, S., Rostron, A., & Singh, P. (2021). Revista de Administração Contemporânea. *Why We Need Qualitative Research in Management Studies*. Obtido em 25 de Janeiro de 2021
- Majeed, Muhammad Tariq; Mazhar, Maria. (24 de Março de 2021). *Managing economic growth through tourism: : Does volatility of tourism matter?*, pp. 49-69. doi:<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs40622-020-00259-1>

- Marques, J. H., & Santos, N. P. (2011). *Turismo de Negócios*. Portugal: Universidade do Porto.
- Maxwell, J.A. (2020). Why qualitative methods are necessary for generalization. *Qualitative Psychology*. <http://doi.org/10.1037/qap0000173>.
- Miezi, R. F. (Novembro de 2017). *O Turismo em Angola: o caso do Plano Diretor do Turismo*. Obtido em 22 de Janeiro de 2021, de https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/27185/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado_Rute%20Miezi.pdf
- Minhotur. (2013). *Plano Director do Turismo de Angola*. Angola: Orgal Lda.
- Neto, O. T. (Junho de 2018). *Métodos e Técnicas de Pesquisa*, pp. 39-97. Obtido em 08 de Fevereiro de 2021
- Oliveira, A. P. (2000). *Turismo e Desenvolvimento* (2 ed.). São Paulo: Editora Atlas. Obtido de www.edatlas.com.br
- Oliveira, M. A.-Y., Moreira, F., Martins, J., Branco, F., & Gonçalves, R. (2018). *A Presentation of the Storyline View of a Novel Research Method*. Aveiro: BNML.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (2003). *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (novembro de 2019). *World Tourism Barometer*. *World Tourism Barometer*, 17.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (Novembro de 2021). *A Contribuição Económica do Turismo e o Impacto do Covid-19*, p. 31. doi:<https://doi.org/10.18111/9789284423200> .
- Oxfam. (2001). *A Riqueza de Angola: Histórias de Guerra e Negligência*.
- Pacheco, L., Costa, P., & Tavares, F. O. (Junho de 2018). População e Sociedade. *História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência*, 29, pp. 82-98.
- Pakman, E. T. (s.d.). *Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico*.
- Pinto, I. F., Gomes, C. J., & Siqueira, C. (25 de Setembro de 2018). Investigação qualitativa : perspectiva geral e importância para as ciências da nutrição. pp. 31-35. Obtido em 03 de Fevereiro de 2021
- PNUD. (2019). *Relatorio de Desenvolvimento Humano 2019* . 1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento .
- PRODESI. (2020). *Estudo da Cadeia de Valor do setor turístico em Angola*. Obtido de www.prodesi.ao
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação Em Ciências Sociais*. Paris.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação Em Ciências Sociais*. Paris.
- Rahman, S. (2017). Journal of Education and Learning;. *The Advantages and Disadvantages of Using Qualitative and Quantitative Approaches and Methods in Language “Testing and Assessment” Research: A Literature Review*, 6(1). Obtido em 08 de Janeiro de 2021
- Ramos, D. M., & Costa, C. M. (2017). *Turismo: tendências de evolução*, 10.

- Rela, J. M. (2005). *Angola: o futuro já começou* (Vol. 1). Luanda: Nzila
- Ribeiro, J. C. (2019). *Importância do turismo na economia dos países*. Obtido em 28 de janeiro de 2021, de <http://planeamentoterritorial.blogspot.com/2019/03/importancia-do-turismo-na-economia-dos.html>
- Richardson RB (2010) The contribution of tourism to economic growth and food security (No. 1093–2016–88021). Mali: Office of Economic Growth, USAID Mali—Accelerated Economic Growth Team.
- Richardson, A. J. (2012). Paradigms, theory and management accounting practice: A comment on Parker (forthcoming) “Qualitative management accounting research: Assessing deliverables and relevance”. *Critical Perspectives on Accounting*, 23(1), 83-88.
- Rocha, J. M. (2009). *Os limites do crescimento económico de Angola: as fronteiras entre o possível e o desejável*. (1 ed.). (L. & Center, Ed.) Luanda, Angola: Nzila.
- Romer PM (1992) Two strategies for economic development: using ideas and producing ideas. *World Bank Econ Rev* 6(1):63–91
- SADC. (s.d.). *Southern African Development Community*. Obtido em 23 de Janeiro de 2021, de Southern African Development Community : <https://www.sadc.int/member-states/angola/>
- Silva, G. (06 de setembro de 2017). Do zimbo ao kwanza. *Ver Angola*. doi:<https://www.verangola.net/va/pt/092017/CulturaEducacao/9436/%E2%80%9CD0-Zimbo-ao-Kwanza%E2%80%9D-exposi%C3%A7%C3%A3o-acompanha-a-evolu%C3%A7%C3%A3o-da-moeda-em-Angola-ao-longo-dos-tempos.htm>
- Silverman, D. (2010). *Qualitative research*. London: Sage
- Solow RM (1956) A contribution to the theory of economic growth author. *Quarterly Journal Econ.*, 70(1):65–94.
- Sonangol. (s.d.). *Sonangol EP*. Obtido em 16 de Janeiro de 2021, de Sonangol EP: <https://www.sonangol.co.ao/>
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2014). Como fazer investigações, dissertações, teses e relatórios. Em M. J. Sousa, & C. S. Baptista, *Como fazer investigações, dissertações, teses e relatórios* (5 ed., p. 56). Av. Praias da Vitória, 14 A-1000-247 Lisboa: Pactor-Edições de Ciências sociais, Florenses e da Educação.
- The World Bank. (2 de Junho de 2021). A work bank group flagship report. *Global Rconomic Prospect*, pp. 9-12. doi:10.1596/978-1-4648-1665-9
- Theobald, W. F. (2002). *Turismo Global* (Vol. 2). (A. M. Capovilla, M. C. Cupertino, & J. B. Penteado, Trans.) São Paulo: SENAC .
- Thomson, S. B. (2011). Qualitative research: Validity. *JOAAG*, 6(1), 77-82.
- Tutelman, P., & Webster, F. (10 de Agosto de 2020). Qualitative research and pain: Current controversies and future directions. Obtido em 02 de Janeiro de 2020
- World Atlas. (s.d.). Obtido em 124 de Dezembro de 2021, de World Atlas: <https://www.worldatlas.com/>

World Tourism Organization. (s.d.). Obtido em 18 de Janeiro de 2021, de World Tourism Organization (UNWTO): <https://www.unwto.org/>

Apêndice - 1

Turismo em Angola

Está em causa a realização de um estudo académico que tem como objetivo avaliar o desempenho do turismo doméstico em Angola.

O presente questionário não levará mais de 3 minutos do seu tempo.

Agradeço e conto com a sua colaboração.

Gênero



☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Outro

Idade *

☐ 18 a 25 anos

☐ 26 a 34 anos

☐ > 35 anos

Atividade profissional *

- ☐ Estudante
- ☐ Trabalhador independente
- ☐ Trabalhador por conta de outrem
- ☐ Reformado
- ☐ Desempregado

Estado civil *

- ☐ Solteiro
- ☐ Casado
- ☐ Divorciado
- ☐ Viúvo
- ☐ União de facto

Habilitações Literárias *

- ☐ Ensino Médio
- ☐ Licenciatura
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutoramento

Quantas vezes viaja por ano? *

- ☐ < 1 vez por ano
- ☐ 1 vez por ano
- ☐ 2- 3 vezes por ano
- ☐ > 3 vezes por ano

Quando viaja, vai: *

- ☐ Sozinho
- ☐ Mulher/Marido
- ☐ Com os filhos
- ☐ Família
- ☐ Amigos

Qual transporte usa? *

- ☐ Carro próprio
- ☐ Autocarros
- ☐ Comboio
- ☐ Avião

Quais os principais destinos turísticos em Angola? *

Texto de resposta curta

Onde se hospeda? *

- ☐ Resort
- ☐ Hotel
- ☐ Pensão
- ☐ Casa de família
- ☐ Outro

Quanto costuma gastar em média nas suas viagens? *

- ☐ < 30.000,00 AOA
- ☐ 50.000,00 - 100.000,00 AOA
- ☐ 150.000,00 - 200.000,00 AOA
- ☐ > 300.000,00 AOA

Quanto gasta em média na hospedagem? *

- ☐ < 30.000,00 AOA
- ☐ 50.000,00 AOA - 100.000,00 AOA
- ☐ 150.000,00 AOA - 200.000,00 AOA
- ☐ > 300.000,00 AOA

O que procura quando viaja ? *

- ☐ Interesse pela natureza
- ☐ Interesse pelas cidades
- ☐ Interesse pela gastronomia
- ☐ Interesse pelas praias
- ☐ Interesse pela Cultura
- ☐ Outro

Classifique o seu interesse *

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | |
|--------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------------|
| Pouco interessante | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ | Muito interessante |

O que pensa do potencial turístico de Angola? *

- ☐ Bom
- ☐ Muito Bom
- ☐ Mau
- ☐ Muito Mau

Qual das 18 províncias escolheria como capital turística ? *

Texto de resposta curta

Quais as principais limitações para o desenvolvimento do turismo interno? *

- ☐ Voos
- ☐ Estradas
- ☐ Internet
- ☐ Atrações
- ☐ Preços
- ☐ Alojamentos
- ☐ Insegurança
- ☐ Acesso as praias
- ☐ Acesso aos parques nacionais

Anexos

Anexo 1: Síntese dos principais dos segmentos turísticos estratégicos por província de Angola

SEGMENTO TURÍSTICO	PROVÍNCIA	CLUSTER	
 PAUSA CURTA	LUANDA	Descanso	LUANDA Cultura 🏛️ - Fortaleza São Miguel - Museus - Mausóleo Dr. Agostinho Neto - Igrejas diversas Natureza 🌿 - Parque Nacional Quiçama
		Lazer	
	BENGUELA	Praia	
	NAMIBE	Praia	
	MALANJE	Desporto	
	HUÍLA	Desporto	
 EXPLORADOR	LUANDA	Cultura	MALANGE Natureza 🌿 - Quedas de Calandula - Pedras Negras de Pungo Andongo - Parque Nacional Kangandala - Antilope de Zibelina gigante
		Natureza	
	MALANJE	Natureza	
	NAMIBE	Cultura	
		Natureza	
	HUÍLA	Cultura	
  INTERESSE ESPECIAL  	LUANDA (CABO LEDO)	Surf	NAMIBE Cultura 🏛️ - Pinturas pré-históricas nas colinas Tchitundu - Hulu - Igreja Nossa Senhora do Rosário Natureza 🌿 - Lagoa Arco - Deserto do Namibe - Serra da Leba - Fenda da Tundavala
		Pesca desportiva	
	BENGUELA	Pesca desportiva	
	MALANJE	Observação de aves	
		Surf	
	NAMIBE	Pesca desportiva	
		Observação de aves	
		Vida selvagem	
	HUÍLA	Observação de aves	
	CUANDO CUBANGO	Vida selvagem	
		Observação de aves	
			HUÍLA Cultura 🏛️ - Tribo Mumuhuila Natureza 🌿 - Rio Cunene - Quedas de Katchilwa - Montanha Leba
			CUANDO CUBANGO Natureza 🌿 - Parque Nacional do Luengué - Parque Nacional de Luilana - Parque Nacional do Longa-Mavinga - Parque Nacional do Mucusso

Anexo 2: Capacidade hoteleira em Angola em 2018

	HOTEL	APARTHOTEL	ALDEAMENTO TURÍSTICO	HÓSPEDARIA	MOTEL		LODGE	RESORT	COMP. TUR.	ALBERGARIA	PENSÃO	ESTALAGEM	TOTAL
BENINZ	2	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	2
BENIGUELA	29	6	6	42	0		2	0	0	2	73	0	108
BIE	1	0	1	11	0		0	0	0	0	23	0	24
CUNENE	2	0	0	10	0		0	0	0	0	38	0	50
GUARABU	9	6	6	29	12		0	0	0	0	64	0	100
HULHA	13	0	15	50	0		0	1	0	0	32	0	108
GUARUA NORTE	6	0	3	8	0		0	0	0	0	7	0	22
GUARUA SUL	18	0	5	63	0		1	0	0	6	38	2	111
GUARUA DURANGO	3	0	3	6	0		0	0	1	0	8	0	24
LUBA	88	0	90	303	3		0	0	0	0	104	1	648
GUARUA NORTE	0	0	0	1	0		0	0	0	0	15	0	16
GUARUA SUL	2	0	4	13	0		0	0	0	0	0	0	19
NALANDE	9	0	0	0	0		0	0	0	0	9	0	18
MOKKO	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0
NALANDE	6	0	0	17	0		0	0	0	0	23	1	30
LUKE	12	1	1	14	0		0	1	2	0	20	0	33
LUKE	8	0	1	21	0		0	0	0	0	11	0	41
CABANGA	9	0	0	15	1		0	0	0	0	0	0	42
TOTAL GERAL	240	23	114	808	4		8	2	3	8	809	16	1.977

Anexo 3: Número de funcionários por tipo de alojamento em Angola em 2018

	HOTEL	APARTHOTEL	ALDEAMENTO TURÍSTICO	HÓSPEDARIA	MOTEL		LODGE	RESORT	COMP. TUR.	ALBERGARIA	PENSÃO	ESTALAGEM	TOTAL
BENINZ	36	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	144
BENIGUELA	416	230	46	171	0		0	0	0	90	2.397	0	8.007
BIE	27	0	16	76	0		0	0	0	0	509	0	688
CUNENE	87	0	0	63	0		0	0	0	0	337	0	500
GUARABU	502	22	79	333	0		0	0	0	0	747	0	3.055
HULHA	976	0	91	381	0		0	138	0	0	431	0	3.760
GUARUA NORTE	75	0	168	49	0		0	0	0	0	99	0	608
GUARUA SUL	310	0	74	290	0		18	0	0	99	504	34	2.291
GUARUA DURANGO	100	0	33	34	0		277	0	11	0	198	0	540
LUBA	1.126	128	1.073	1.120	36		0	0	0	0	2.703	16	11.477
GUARUA NORTE	0	0	0	0	0		0	0	0	0	263	0	273
GUARUA SUL	79	0	81	89	0		0	0	0	0	0	0	49
NALANDE	417	0	0	0	0		0	0	0	0	87	0	710
MOKKO	50	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	20
NALANDE	313	0	34	372	0		0	0	0	0	325	0	1.017
LUKE	42	12	30	307	0		0	7	0	0	251	0	1.173
LUKE	52	0	0	80	0		0	0	0	0	265	0	1.177
CABANGA	477	31	36	331	16		0	0	0	0	312	0	1.362
TOTAL GERAL	6.897	40	2.337	5.346	36		195	145	11	169	9.547	50	42.507